

PROJETO JOVENS PELO FIM DA VIOLÊNCIA

Praticando Esportes
Vencendo na Vida

Relatório Socioeconômico

Morro dos
Prazeres

Morro dos
Guararapes



Expediente

Instituto Promundo

SCN Quadra 01 Bloco E, Sala 202
– Edifício Central Park

CEP: 70711-903 Brasília, DF –
Brasil

Miguel Fontes, PhD – Diretor
Executivo

Luciano Ramos – Consultor
Sênior de Programas

Rodrigo Laro – Consultor Sênior
de Pesquisa e Monitoramento

Luiza Tanuri – Consultora
Internacional

Bruna de Oliveira Martins –
Estagiária de Comunicação e
Pesquisa

Idealização / coordenação do relatório e produção de conteúdo:

Luciano Ramos

Elaboração do Relatório e Produção de Conteúdo:

Tassia Áquila

Revisão de Conteúdo:

Christiane Rezende e Luiza
Tanuri

Coordenação de Monitoramento e Avaliação do Projeto / Supervisão do Relatório e Produção de Conteúdo:

Camila Rebouças Fernandes

Elaboração do questionário de pesquisa:

Camila Rebouças Fernandes

Viviane Cristina

Entrevistadoras:

Liz Cosmelli

Luciana Thuler

Tassia Áquila

Projeto Gráfico e Diagramação

Bruna de Oliveira Martins

Dedicamos esse material à **Gisele Rodrigues Alves**, mãe de 04 crianças e adolescentes participantes do Projeto Jovens Pelo Fim da Violência no Morro do Guararapes – Rio de Janeiro, que faleceu no último dia 22/08/2021. Gisele e outras famílias em extrema situação de vulnerabilidade foram partes dos motivos da elaboração desse relatório. Os cuidados de Gisele em relação aos filhos foram inspiradores para nós. Seguiremos daqui cuidando de cada criança, adolescente e jovens como Gisele cuidou de seus filhos. E lutando para que nenhuma mulher tenha seu direito violado. Para que nenhuma criança ou adolescente se desenvolva sem seus cuidados básicos garantidos.

Obrigado por nos ensinar tanto, Gisele.

Equipe Jovens Pelo Fim da Violência, Praticando Esportes Vencendo na Vida

RESUMO

Este relatório busca compreender os impactos da pandemia por COVID-19 na vida de 108 famílias inscritas no projeto *Jovens pelo fim da violência — praticando esportes, vencendo na vida*, nos territórios do Guararapes e do Morro dos Prazeres, na cidade do Rio de Janeiro. O cenário de agravamento da crise sanitária e da crise econômica, atingindo principalmente os moradores de favelas, impôs novas dinâmicas no curso do projeto. Tornou-se necessário adaptar não só as atividades que antes eram presenciais para o modo remoto, como também realizar ações mais diretas, como a distribuição de cestas básicas às famílias atendidas. Para dimensionar o contexto e as condições de vida das famílias, identificou-se a necessidade de traçar seu perfil socioeconômico. Os dados e análises revelaram como os impactos da crise sanitária estão indissociáveis das assimetrias marcadas por gênero, raça e classe. A importância da atuação do Promundo, nesse sentido, potencializa intervenções que versam esses atravessamentos, seja em ações de incidência política, intervenções comunitárias, impulsionamento de políticas públicas ou mesmo em articulações capilarizadas junto a equipamentos públicos, como a Rede de Garantia de Direitos. Desta forma, o presente relatório contribui para a orientação de práticas na transformação de relações sociais à equidade de gênero, enfrentamento ao racismo e à redução do uso de violências. Qualquer ação que vise mitigar os efeitos socioeconômicos da pandemia deve encampar esses marcadores ao propor transformações substantivas a partir de ações públicas — proteção social, saúde, educação e saneamento básico — e transversalizadas — garantindo o acesso da população periférica aos direitos sociais básicos.

OBJETIVO

O objetivo geral deste relatório é produzir e ampliar as informações acerca do impacto da pandemia por Covid-19 nas famílias inscritas no projeto *Jovens pelo fim da violência — praticando esportes, vencendo na vida* e nos territórios no Morro dos Prazeres, região central da cidade carioca, e Guararapes, localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro. Tendo especial atenção ao perfil socioeconômico das famílias o que inclui: escolaridade, renda, trabalho (formal ou informal), segurança alimentar, dinâmica familiar, acesso à internet, atenção à saúde e à assistência social no contexto da pandemia. Os problemas vivenciados que envolvem o atual contexto de emergência da Covid-19 não são apenas sanitários, mas também sociais. A partir disso, busca-se contribuir para novas e urgentes intervenções, com base nessas crises que atravessam as famílias atendidas nestes territórios, pelo projeto Jovens Pelo Fim da Violência (JPFV), desenvolvido pelo Promundo.

1. JOVENS PELO FIM DA VIOLÊNCIA – O QUE É O PROJETO?

O projeto *Jovens pelo fim da violência – praticando esportes, vencendo na vida*, em parceria com a *Kindernothilfe* (KNH) e a *Comic Relief*, atende cerca de 200 crianças, adolescentes e jovens diretamente em atividades esportivas, pedagógicas e culturais, que têm como foco o uso das metodologias do Instituto Promundo, na reorientação de práticas e na transformação de relações sociais com vistas à equidade de gênero e a redução e/ou eliminação do uso de violências. O projeto também contempla as famílias dessas crianças, adolescentes e jovens, capacitando-os nos programas H, M e P. Somado a isso, os profissionais das redes de proteção locais à criança e ao adolescente também participam de capacitações, onde são trabalhadas temáticas de interesse coletivo dos territórios.

A proposta que gerou este relatório surgiu dos desafios colocados frente à pandemia de Covid-19 às famílias inscritas no projeto Jovens Pelo Fim da Violência (JPFV). As atividades promovidas pela equipe tiveram metodologia adaptada para o modelo remoto, seguindo as

orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), mantendo assim o diálogo com as famílias envolvidas. Após levantamento das condições de acessibilidade digital das famílias cadastradas, as atividades foram encaminhadas por meio do aplicativo de mensagens *Whatsapp*. As famílias participantes receberam semanalmente atividades esportivas e pedagógicas online, além do repasse de cestas básicas, apoiando as famílias participantes do projeto e as comunidades onde o projeto atua.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO: PANDEMIA COVID-19

O Covid-19 atinge todos os continentes do mundo. Duzentos e vinte e três países confirmaram a presença do novo coronavírus, mais de 3 milhões de pessoas foram mortas em decorrência do vírus e 170 milhões de casos foram confirmados desde a primeira notificação ocorrida em dezembro de 2019 na China (OMS, 2021). No dia 23 de junho de 2021, o Brasil registrou 18.169.881 casos confirmados e com 507.109 óbitos, uma letalidade¹ de aproximadamente 2,8% (Ministério da Saúde, 2021). A região Sudeste, onde se localiza o Rio de Janeiro, é a que apresenta o maior número de notificações, 6.840.525, e o maior número de óbitos, 234.872 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021). O estado do Rio de Janeiro tem a terceira maior taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de COVID-19 no país, atrás apenas dos estados de Amazonas e Mato Grosso (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021). O estado chegou, em junho de 2020, a ter a maior taxa de letalidade no Brasil, com 9%². Mesmo o Brasil sendo o segundo país com o maior número de óbitos (OUR WORDL IN DATA, 2021), existe uma elevada porcentagem de mortes excedentes, isto é, não explicada diretamente pela Covid-19, e mortes fora do ambiente hospitalar que sugerem uma alta subnotificação de mortes por Covid-19 e reforça a extensa dispersão do vírus (ENSP/FIOCRUZ, 2021).

¹ A taxa consiste na proporção de óbitos em relação ao total de infectados. Ela é diferente da Taxa de Mortalidade, que faz a proporção das vítimas fatais em relação ao total da população da cidade, estado, país ou região analisada (FIOCRUZ- NOGUEIRA ET AL, 2020).

² A pesquisa do Observatório Fluminense de Covid-19 (2020), realizou um estudo comparado e verificou que se o estado fosse um país, já teria ultrapassado os Estados Unidos, a Suécia e a França em números de mortos (Observatório Fluminense COVID-19, 2020).

A cidade do Rio de Janeiro, até o dia 23 de junho de 2021, registrou 362.131 casos de Covid-19 confirmados no total, e 28.270 pessoas vieram a óbito desde a confirmação da transmissão comunitária no dia 12 de março de 2020 (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2021). A taxa de letalidade da pandemia no município, em maio de 2021, foi de aproximadamente 8,1%, ou seja, 2,8 vezes maior do que a taxa de letalidade nacional (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2021).

Apesar da cidade ter aderido às medidas restritivas para o isolamento social, a taxa de adesão chegou a 85%, foi verificada apenas nas primeiras semanas de março de 2020. Fica evidente uma redução significativa, para 77%, na taxa de isolamento nas semanas subsequentes (NITAHARA, 2020b), entre abril e maio de 2020, sobretudo após a reabertura do comércio. A população atuante nas atividades, então, consideradas essenciais³ eram, em sua maioria, os moradores das periferias e das favelas, que não conseguiram realizar o isolamento⁴ (FARIAS, 2020). Isso aparece como incidência na alta taxa de letalidade em poucos meses (março a junho) nas favelas cariocas. Segundo o Boletim Socioepidemiológico da Covid nas favelas (2020), nos bairros com alta e altíssima concentração de favelas⁵ a taxa chegou a 19,47%, enquanto o município concentrava 11,73% (BOLETIM COVID

³ A definição de “atividade essencial”, “trabalho essencial”, “trabalhadores da linha de frente” e seus semelhantes está no centro da discussão das categorias de trabalho mais afetadas pela pandemia. A despeito das classes envolvidas diretamente com o trato dos infectados – enfermeiros, médicos, recepcionistas, trabalhadores de serviços gerais nos hospitais – outros setores foram também largamente afetados – como trabalhadoras domésticas, frentistas, motoristas de ônibus. Essa discussão escancara a forma como diferentes grupos sociais são afetados diferencialmente pela pandemia na exigência legal de suas atividades. Nesse sentido, a vulnerabilidade social de determinadas categorias de trabalho foi exposta, discutida pela opinião pública e tema de sucessivos decretos, regulações, inclusões, desde a primeira notificação de morte pelo COVID-19 no Brasil, na paulatina flexibilização e ampliação no que concerne a definição de “serviço essencial” ou “atividade essencial” (PIZZANGA, 2021).

⁴ O estudo da Lagom Data na associação entre as ocupações profissionais mais atingidas pela pandemia aos territórios periféricos, é de extrema importância: <https://lagomdata.com.br/2021/04/14/el-pais-as-ocupacoes-mais-atingidas/>

⁵ Segundo o boletim essas classificações são um recorte a partir dos dados oficiais do município do Rio de Janeiro, disponibilizados no painel da prefeitura, no Portal Covid-19 nas favelas pela Voz das Comunidades e nos painéis de atividades das unidades de saúde da família coletados até 21 de junho de 2020. Para estimar a população foi utilizado a proporção de pessoas por Regiões Administrativas pelo Instituto Pereira Passos (IPP, 2020). Os bairros na cidade foram divididos em cinco grupos: sem favela, baixa concentração, média, alta e de altíssima concentração de favelas (FIOCRUZ, 2020).

FAVELAS FIOCRUZ, 2020). Isso significava que a cada 100 pessoas que adoeciam de COVID-19, 20 morriam por conta da doença.

3. IMPACTO DE COVID-19 NAS FAVELAS CARIOCAS

Os impactos sanitários e socioeconômicos da Covid-19 intensificaram as desigualdades nos territórios periféricos e favelas, atingindo com maior intensidade seus moradores. Por estarem integrados de forma precária aos equipamentos urbanos e por, historicamente, terem seus direitos de cidadania violados, a pandemia de Covid-19 avançou nesses espaços sem subterfúgios para o seu controle. Isso porque a falta de políticas públicas para contenção e medidas preventivas coletiva nas favelas, e as dificuldades de adoção de estratégias individuais de prevenção⁶, largamente difundidas, como distanciamento social, mantém o problema desconhecido (BOLETIM COVID NAS FAVELAS, 2020).

Além disso, as lacunas no atendimento na Atenção Primária de Saúde às favelas dificultam o monitoramento e o acompanhamento dos casos de Covid-19 de seus moradores, principalmente no que se refere às possibilidades metodológicas de produção de informação que deem visibilidade às suas condições de saúde. Estes fatores agravam as condições precárias desses sujeitos, tão representativos da população carioca: no Censo Demográfico de 2010 (IBGE) estimava-se 22,03% de moradores distribuídos em 762 favelas na cidade do Rio de Janeiro. Há que se considerar, ainda, as condições de habitação dos moradores, que incide nos agravos de saúde por conta dos espaços reduzidos dos domicílios, pouca circulação de ar, grande umidade, adensamento domiciliar, acesso reduzido à água potável, gás, eletricidade e precariedade nos serviços de saneamento básico (IPP, 2010).

As recomendações para o isolamento social e higienização não consideram as condições materiais e de infraestrutura das favelas. As

⁶. Para maiores informações, acesse: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-12/coletivos-cobram-medidas-de-protecao-contracovid-19-nas-favelas-do-rj>

medidas de enfrentamento difundidas pelas autoridades sanitárias acabam sendo direcionadas àqueles que tem condições materiais de realizar o distanciamento social adequado, isto é, acabam dirigindo-se às camadas mais abastadas da população que podem, inclusive, trabalhar remotamente. A adesão ao isolamento social passa pela realidade diferencial da população, em que inúmeros fatores externos incidem sobre a manutenção das recomendações. (FLEURY E MENEZES, 2020).

Considerando o enorme contingente populacional dependente da oferta dos serviços públicos em saúde no contexto da sobrecarga no atendimento, filas em hospitais e oferta limitada de leitos durante a epidemia, evidenciam a precarização da vida de populações periféricas e de favela. O governo federal não adotou medidas de políticas integradas de proteção social para mitigar o impacto econômico devastador nas populações em situações de vulnerabilidade social⁷. Especificamente no que concerne às favelas cariocas, onde grande parte da população atua em postos de trabalho informais, muito precarizados e de baixa remuneração, não foi priorizado subsídio ou suporte para itens essenciais como o abastecimento de água⁸, a energia elétrica e a coleta de lixo.

4. O PROJETO JOVENS PELO FIM DA VIOLÊNCIA E OS TERRITÓRIOS

O projeto *Jovens pelo fim da violência — praticando esportes, vencendo na vida* é realizado nas favelas do Morro do Guararapes e Morro dos Prazeres, localizadas nas Zona Sul e Central da cidade carioca. A prefeitura do Rio de Janeiro define o território do Guararapes

⁷ Segundo o conceito vindo dos direitos humanos e aplicado à saúde coletiva desenvolvido por Ayres et al (2012) das dimensões de vulnerabilidade (individual, social e programática). A vulnerabilidade social diz respeito aos instrumentos de repressão aos indivíduos em seus meios como racismo estrutural, homofobia, machismo, etc.

⁸ O Rio de Janeiro encarou o cenário de falta de água por conta de crise no abastecimento da Cedae em março de 2020, deixando bairros e favelas mais de 20 dias sem água, expondo os moradores a uma maior contaminação de Covid-19. Para mais informações, acesse: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/17/moradores-de-comunidades-do-rj-sofrem-com-falta-de-agua-em-meio-a-pandemia-de-coronavirus.ghtml>

como pertencente ao Complexo do Guararapes, que também abarca as favelas vizinhas — Cerro-Corá e Vila Cândido. O território do Guararapes possui uma população de 673 pessoas vivendo em aproximadamente 161 domicílios (IPP, 2010). Localizado aos pés do Cristo Redentor e próximo a travessia do Rio Carioca (que batizou a cidade), o território foi altamente disputado e seus moradores vivenciaram o risco de remoção, assim como outras favelas da Zona Sul na cidade. A luta pela permanência se deu graças à mobilização dos moradores do Guararapes, que em 1967 compraram a área ocupada pela favela, uma antiga fazenda. Já o Morro dos Prazeres possui 2.136 habitantes e 622 domicílios (IPP, 2010). Localizada no alto de Santa Teresa, da favela é possível avistar os principais pontos turísticos da cidade, reconhecidos internacionalmente, como o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar e toda a Baía de Guanabara.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN), tanto o Guararapes quanto o Prazeres não são mais considerados “favelas”, mas sim “comunidades urbanizadas” (SABREN, 2016). Além disso, desde 1998, o Guararapes, assim como outras favelas presentes no bairro de Cosme Velho, está regularizado pela Lei Área de Especial Interesse Social (AEIS)⁹ reforçando a reclassificação para “comunidade urbanizada”.

No que se refere à pandemia de Covid-19, existem poucas informações disponíveis sobre as duas favelas, a disponibilização de informações se deve pelo Painel Unificador de Favelas¹⁰ com o seu monitoramento, de forma independente, de casos e óbitos em favelas. Até o dia 12 de julho de 2021 o Morro dos Prazeres reunia 617 casos confirmados e 21 óbitos, enquanto o Guararapes, 129 casos confirmados

⁹ As Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) são instrumentos urbanísticos que definem áreas da cidade destinadas para construção de moradia popular. Para mais informações: <http://www.capacidades.gov.br/dicionario/index/letra/z>

¹⁰ O Painel Unificador de Covid-19 nas Favelas divulga informações de casos e óbitos por Covid-19 em 228 favelas nos municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí e Mesquita no estado do RJ. As fontes de dados são provenientes da Voz das Comunidades, mapeamento por áreas de influência dos CEPs, relatoria local e número da Prefeitura (Nota técnica, 2020).

e 9 óbitos. Contudo, os índices de frequência, incidência, letalidade e transmissibilidade não estão disponíveis, devido à ausência de mensuração.

Como parte das ações elaboradas pelo Projeto Jovens pelo fim da violência na tentativa de mitigar os impactos da pandemia nos territórios citados, podemos destacar:

- Distribuição de material informativo para disseminar informações baseadas em fatos sobre a prevenção do coronavírus e como manter as famílias seguras;
- Repasse de cestas básicas com alimentos e distribuição de máscaras de proteção contra a Covid-19.

O Instituto Promundo reconhece a importância de garantir o acesso às informações, com embasamento, adequadas não só às famílias atendidas, mas também a divulgação de orientações e medidas preventivas sobre a pandemia, para todos os moradores do Morro dos Prazeres e Guararapes. Em parceria com a Alegria Ahoi e outros parceiros, logrou desenvolver um documento em forma de flyer que está sendo distribuído às famílias inscritas no projeto [\(link do documento\)](#).

5. IMPACTOS DA COVID-19

a) Trabalho e vulnerabilidade social

A oposição entre manter o isolamento social e priorizar a economia foi amplamente difundida no Brasil, com versões variadas e ventiladas pela grande imprensa. Ela permeou o discurso de empresários, gestores públicos e entidades, que reivindicavam o fim do isolamento social e endossavam a imunidade de rebanho, como estratégia de controle do coronavírus no país (GUIMARÃES, 2020). A pesquisadora Sonia Fleury (FIOCRUZ) destacou que esses discursos tiveram adesão, contribuíram para a desmobilização do isolamento, pela ausência de uma ação coordenada pelo Estado e articulada com a

sociedade civil. Tal questão revelou a falta de atenção a uma parcela da população que já vivia em situação de vulnerabilidade: desempregados, trabalhadores informais, população de favelas, pessoas em situação de rua, etc. A falta de um plano de contingência voltado para estes que não conseguem se isolar, que não têm acesso a água e nem dinheiro para equipamentos de proteção, agravou ainda mais o cenário desta parcela significativa da população brasileira. O planejamento deveria considerar políticas integradas à proteção social, isto é, articulações da saúde com outras políticas sociais, bem como políticas econômicas que pudessem assegurar a renda mínima de populações mais vulneráveis (GUIMARÃES, 2020).

Os efeitos da pandemia do coronavírus para o Sistema Único de Saúde (SUS) não estão dissociados de seus impactos econômicos nas famílias brasileiras. Segundo dados apresentados pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (USP), a taxa de brasileiros em situação de pobreza deve chegar a 61,1 milhões em 2021 — sendo 19,3 milhões na extrema pobreza. Com isso, estima-se que a extrema pobreza atingirá 9,1% e a pobreza chegará a 28,95% da população.

Além da redução do valor do Auxílio Emergencial em quatro vezes em relação a 2020, a taxa de desemprego no país subiu 14,8% em 2021; a cada 100 pessoas no mercado de trabalho, 15 estão sem emprego; o Brasil ocupa a 14^a maior taxa de desemprego no mundo. A perda de emprego, a redução dos rendimentos individuais e familiares, o endividamento somado ao aumento no custo de itens da cesta básica, gás e energia, fizeram o custo de vida subir exponencialmente, agravando o problema da fome no país, conforme indicou os dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN). Esta pesquisa levantou um inquérito populacional, visando analisar os graus de Insegurança Alimentar no Brasil na pandemia da Covid-19, no período de dezembro de 2020 e lançado em 2021, constava que 19 milhões de brasileiros enfrentavam a fome.

Este cenário se agrava ainda mais quando observa a situação das favelas no país. A pesquisa do Instituto Locomotiva (2021) foi realizada em 76 favelas brasileiras, entrevistando 2.087 pessoas, maiores de 16 anos, no período de fevereiro de 2021, revelando que mais de 76% dos moradores, em ao menos um dia, não tinham dinheiro para comprar comida durante a pandemia. Além da falta de dinheiro para comprar comida, o levantamento mostra que o número de refeições diárias dos moradores das comunidades vem caindo de uma média de 2,4 refeições, em agosto de 2020, para 1,9, em fevereiro (BOCCHINI, 2021).

b) Acessibilidade e educação

Um outro problema crônico que atravessou esses territórios foi a dificuldade de acesso à internet. Em 2019 mais de 20% dos domicílios no país — em torno de 17 milhões de unidades residenciais — não tinham internet e 3,8 milhões de pessoas não tinham celular, segundo o IBGE. Cerca de 39,8 milhões de brasileiros com 10 anos ou mais de idade, não usavam a rede, e mais de 34,9 milhões de pessoas nessa faixa etária não tinham nem celular (IBGE, 2019). Com a pandemia de Covid-19, uma série de atendimentos, denúncias e programas governamentais deveriam ser acionados via internet, como o programa de transferência de renda emergencial pelo governo, o Auxílio Emergencial, que teve desde a sua inscrição até saques, transferências e pagamentos de contas, virtualizados.

A pesquisa do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP, 2020) aponta que mais de 5,9 milhões de estudantes da rede pública ficaram sem acesso às atividades escolares desde o começo da pandemia — dos quais 4,3 milhões são negros e indígenas e 1,5 milhões são brancos — o que significa que há três vezes mais não brancos sem acesso à educação em um cenário pandêmico. Mesmo após um ano e três meses do início da pandemia, poucos estados conseguiram aumentar o acesso da população ao ensino remoto (ZIEGLER, 2021). Com isso, potencializou-se o abismo de desigualdade já existente antes, entre uma parte da população que teve acesso à educação pelas redes

privadas, que retomaram as atividades presenciais desde junho de 2020, e a outra parte que nem sequer teve um dia de aula em todo o ano.

A escola pública no Brasil não é apenas um local de aprendizagem, mas também de promoção de políticas públicas, garantindo direitos básicos como a segurança alimentar, além de possibilitar que as mulheres possam estar no mercado de trabalho, já que, em geral, são as principais responsáveis e cuidadoras. O fechamento das escolas sem um planejamento orientado com garantia de acessibilidade dos alunos à Internet e a equipamentos como computador e notebook, entre outros, marcou uma lacuna no sistema educacional brasileiro. Segundo o estudo “Cenário de Exclusão Escolar no Brasil — um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação” realizado pela Unicef em parceria com o Cenpec Educação (2021), indicou que com as escolas fechadas, as desigualdades se aprofundaram, excluindo ainda mais os que já estavam distantes do sistema educacional, e mesmo aqueles que estavam presentes, também não tiveram condições de continuar aprendendo em casa tendo seu direito à educação negado (UNICEF, 2021).

A crise do novo coronavírus fez com que a internet fosse o principal meio de acesso à educação, com a disponibilização de materiais didáticos e aulas remotas. Porém, como indicam dados acima, o acesso à Internet ainda é restrito ou precário no Brasil e o ensino básico à distância público, universalizado, de qualidade ainda é uma realidade distante. Este formato de ensino foi adotado nas redes privadas de forma integral, e de forma irregular na rede pública, demonstrando o desafio da inclusão digital no país. Os mais atingidos, pela dificuldade de acesso à Internet, são moradores de favela e periferias, e não coincidentemente também são os que têm menos acesso às demais políticas de contenção da pandemia.

6. DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NO BRASIL

Na pandemia de Covid-19, além das medidas de isolamento social, um ponto fundamental é a testagem e a vacinação em massa da população para a proteção e contenção da pandemia (NOGUEIRA et al, 2021). Em junho de 2021, um ano e três meses após o início da pandemia, e com a iminência de um colapso no inverno, a testagem contra a Covid-19 no Brasil ainda é baixa e desorganizada. O país, em maio de 2021, registrou 7.857 exames por 100 mil habitantes (MINISTÉRIO DE SAÚDE, 2021), com esse índice o Brasil fica semelhante à Zâmbia, na posição 88 no ranking com 111 países, atrás da Índia e de vizinhos na América do Sul (OUR WORLD IN DATA, 2021).

a) Testagem

Mesmo com a imunização em curso, epidemiologistas apontam que a testagem em massa é essencial para apontar as tendências da epidemia, monitorar os riscos de novas variantes e controlar novas ondas. No Brasil, a testagem não é prioridade, aparecendo como um monitoramento de contagem de casos, quando, na verdade, é uma política de saúde mais indicada para identificar precocemente os assintomáticos e evitar a transmissão da doença (ALEGRATTI, 2021). Diversos países controlaram a doença antes da vacina, testando e rastreando, enquanto no Brasil as informações sobre testagem estão desestruturadas. Os indicadores utilizados para medidas de contenção do vírus são as taxas de ocupação de leitos de UTI, que registram uma alta quando a situação está extremamente grave (FIOCRUZ, 2020).

b) Vacinação

A vacinação teve início tardiamente devido a diversos problemas, como o lento processo de negociação da vacina pelo governo federal e o baixo número de vacinas disponíveis. Em 17 de janeiro de 2021 foi iniciada a chamada fase 1: trabalhadores de saúde, pessoas institucionalizadas (que residem em asilos) com 60 anos de idade ou

mais e pessoas institucionalizadas com deficiência e população indígena aldeada.

O Plano Nacional de Imunização (PNI), elaborado pela primeira vez em 1975, pouco foi adaptado para as singularidades da pandemia de Covid-19. A elaboração do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, por parte do Ministério da Saúde¹¹, não incluiu critérios socioeconômicos e trouxe informações contraditórias sobre a vacina. Os Estados e Municípios ficaram com os encargos de criar as regras para as suas realidades e demandas sem que houvesse uma coordenação central efetiva em curto prazo (ALEGRETTI, 2021b).

O Sistema Único de Saúde brasileiro (SUS) é altamente capilarizado com uma capacidade de imunização que já foi referência mundial. Apesar do exposto, a vacinação contra Covid-19 é ainda um recurso limitado no Brasil, uma vez que a produção e a distribuição para efetiva imunização da população também depende da capacidade de articulação internacional, implementação das ações de enfrentamento à pandemia e providência de insumos por parte do governo federal. Atrasos na compra de ingredientes e falta de coordenação das ações, poderão implicar em prorrogação dos cronogramas de vacinação, expondo a população e os trabalhadores da saúde por mais tempo à Covid-19.

c) Novas variantes

Conforme a população brasileira não tem sido massiva e rapidamente vacinada, o vírus mantém alta transmissibilidade e esse cenário propicia as proliferações de mutações, no caso, as novas variantes do coronavírus. O virologista José Eduardo Levi alerta para o surgimento de variantes mais transmissíveis e que causam quadros mais graves e com maior letalidade. As novas cepas do vírus são divididas, segundo o virologista, a partir do que se sabe sobre suas mutações, o potencial de transmissão, a capacidade de escapar dos

¹¹ O Ministério da Saúde é o órgão federal que centraliza constitucionalmente as diretrizes de imunização do país.

efeitos de vacinas e a letalidade. As pesquisas realizadas pelo Instituto de Medicina Tropical da Universidade de São Paulo indicam que até maio de 2021 havia cerca de 60 a 100 variantes do vírus em circulação (LUISA, 2021).

Com a capacidade de prevenir sintomas graves e evitar hospitalizações, a vacinação e medidas restritivas de circulação de pessoas são a única forma de conter as variantes o vírus (AMS, 2021). A morosidade da vacinação é uma preocupação patente: até o dia 5 de junho de 2021, no Brasil, apenas 22,8 milhões, isto é, 10% da população foi vacinada com as duas doses do imunizante. As evidências científicas disponíveis apontam que não há tratamento precoce ou preventivo para a Covid-19, já que nenhum medicamento se mostrou eficaz e seguro em sua prevenção (NOGUEIRA et al., 2021).

NOTA METODOLÓGICA

Após a identificação da necessidade de traçar o perfil socioeconômico das famílias inscritas no projeto, a coordenação de Monitoramento, Avaliação e Pesquisa, juntamente ao setor de Serviço Social, elaborou um instrumental de coleta de dados, sob o formato de questionário, onde foram abordados os seguintes aspectos:

a) perfil socioeconômico das famílias inscritas (faixa etária, identidade sexual, étnico-racial e religiosa, escolarização, territorialidade);

b) trabalho, renda e direitos sociais (acesso a programas de transferência de renda, inserção e manutenção no mercado de trabalho formal e/ou informal, renda individual e familiar pré-pandemia de Covid-19 e durante a Covid-19, formato de trabalho e dedicação de carga horária pré-pandemia de Covid-19 e durante a Covid-19);

c) pandemia, família e acessibilidade (segurança alimentar, acesso à Internet, transformações no convívio familiar devido à Covid-19, acesso a serviços de saúde e a meios de proteção contra a Covid-19).

Após estruturação e revisão do questionário, o setor de Pesquisa e o setor de Serviço Social receberam dos articuladores locais a listagem das famílias inscritas no projeto. No ato da inscrição todas as famílias aceitaram participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e fornecendo direito de imagem ao Instituto Promundo, através da assinatura do Termo de Imagem. Além disso, após o período de inscrições, os articuladores sensibilizaram as famílias para a importância de participar da aplicação de questionários que estavam para acontecer.

O setor de Pesquisa e o Setor de Serviço Social recrutaram 3 profissionais com formação na área de Ciências Sociais e Ciências Humanas, com experiência na aplicação de questionários com famílias moradoras de territórios periféricos. No dia 07/06/2021, as profissionais passaram por um treinamento, onde foram trabalhados os seguintes pontos: apresentação e assinatura da Política de Proteção à Infância (PPI), apresentação e orientações quanto ao preenchimento do questionário e da planilha de contatos das famílias, disponibilização dos materiais de apoio necessários à atividade, abordagem e ética em pesquisa, elaboração de relato sobre o processo e cumprimento de prazos.

Os questionários foram hospedados em plataforma digital e aplicados às famílias, via contato telefônico, no período compreendido entre 08/05/2021 e 23/05/2021. De 123 famílias inscritas, 108 responderam ao questionário. Entre as famílias que não foram entrevistadas, aconteceram as seguintes situações: algumas não dispunham de contato telefônico, outras o número fornecido era inexistente, assim como houve desistência (uma responsável aceitou participar, mas desistiu durante a aplicação do questionário).

Após o período de aplicação das entrevistas, todas as profissionais entregaram seus relatos, construídos a partir de análises críticas e reflexivas sobre suas percepções quanto as famílias, número de famílias

contatadas e entrevistadas, bem como as observações sobre a receptividade do público-alvo.

MÓDULO 1

Apresentação

A análise dos dados levantados está dividida em três módulos que fornecem importante panorama dos indicadores sociais no Guararapes e no Morro dos Prazeres, subdivididos em: *Perfil Socioeconômico; Trabalho, Distribuição de Renda e Direitos Sociais; Pandemia, Família e Acessibilidade*. Nesta primeira parte o objetivo é apresentar o perfil socioeconômico das famílias participantes do projeto *Jovens Pelo Fim da Violência — Praticando Esporte, Vencendo na Vida* e as desigualdades que operam como um agravante do enfrentamento do cenário atual.

As métricas socioeconômicas indicam a condição de vida dos indivíduos e de suas famílias, que se traduzem em indicadores como escolaridade, densidade demográfica, quantidade de pessoas por domicílio e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nesta etapa do relatório, procurou-se ressaltar suas desigualdades estruturais, evidenciadas nas características da inserção dos trabalhadores no mundo do trabalho, que ainda mantêm na informalidade e/ou no desemprego, grupos populacionais considerados mais vulneráveis. Aspectos relacionados à alimentação e renda, à acessibilidade para dimensionar as oportunidades educacionais e acesso a informações, entre outros, foram ressaltados como forma de qualificar os impactos e desigualdades como efeito da pandemia na vida das famílias.

1. Perfil de gênero

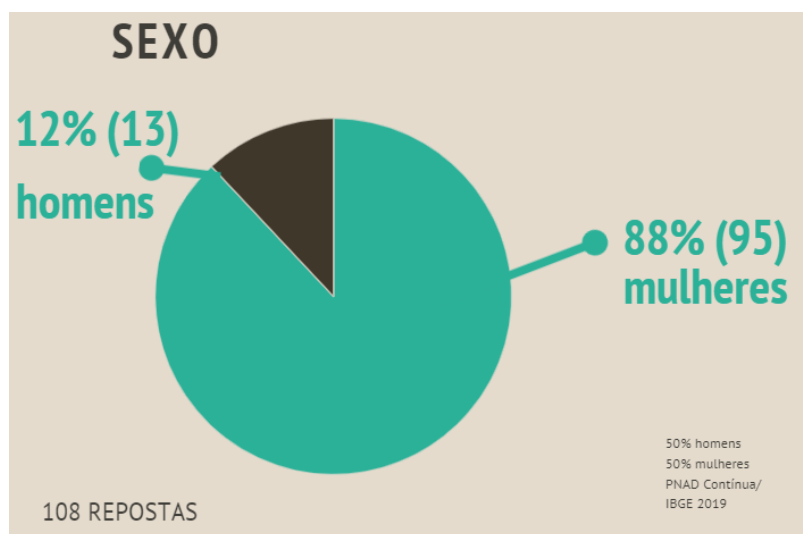


Gráfico SEQ Gráfico * ARABIC1

Segundo os dados levantados, a maioria dos respondentes é de mulheres: 88% (95), e 12% (13) são homens (fig. 1). Reconhecendo que os familiares das crianças e adolescentes que se teve acesso são as figuras centrais de cuidado, percebe-se uma desigualdade explícita: um recorte de gênero reflete uma tendência em mulheres como cuidadoras de crianças e adolescentes. Elas são as mais afetadas pela intensificação da sobrecarga do trabalho doméstico não remunerado e do cuidado de familiares, sobretudo dentro dos domicílios (PRATES e LIMA, 2021).

Os impactos da Covid-19, na vida das mulheres, são aprofundados pelas crises econômica e social pela qual o Brasil já passava antes da pandemia, e são determinados pela estrutura desigual, — as relações sociais de gênero, raça e classe — totalmente imbricada na organização do trabalho doméstico e de cuidado, constituindo o modo de produção da vida social, política e econômica. A vida das trabalhadoras no momento de pandemia é também marcada pelo aprofundamento da desigualdade social (IBGE, 2020). Elas seguem se defrontando — além da sobrecarga de trabalho — com o cuidado de forma não remunerada, reforço da divisão sexual do trabalho, “a dimensão do cuidado em casa

muitas vezes invisibilizada, pois não se trata de uma atividade específica, os tempos do cuidado e os tempos do trabalho remunerado se sobrepõem no cotidiano das mulheres” (SOF, 2020, p. 12).

2. Étnico-racial

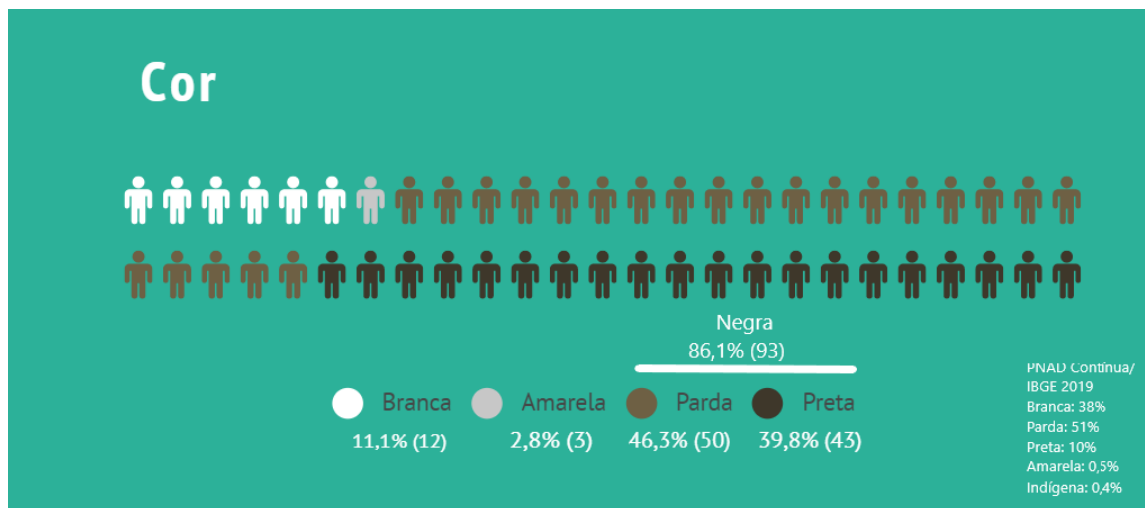


Gráfico SEQ Figura * ARABIC1

No que concerne à categoria raça/cor, figura 2, 86,1% (93) referiram ser pretos/pardos, 11,1% (12) declararam ser brancos, 2,8% (3) se declararam amarelo. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2019), 51% dos brasileiros se declaram como pardos, 38% como brancos, 9,4% como pretos, 0,6% amarela e 0,4% indígena, visualiza-se que a população negra (61%) é maior do que no cenário nacional.

As desigualdades raciais marcam diferencialmente as condições de enfrentamento da crise decorrente da pandemia. Identificou-se um impacto desigual da Covid-19 nas populações negras. O racismo estrutural¹² é uma das bases de formação nacional, processo que conforma a segregação nos territórios, sobretudo os urbanos, bem

¹² O racismo é sempre estrutural, ele é o elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Ele deve ser entendido como uma manifestação no âmbito da normalidade, naturalizado e não pode ser encardido como uma anomalia ou indicativo de patologia social. Fornece a engrenagem para a reprodução de desigualdade e violência que constituem a vida social contemporânea (ALMEIDA, 2019, p.15).

como as desiguais condições de acesso a direitos e oportunidades de trabalho e renda. Este é o cenário para mais de 60% da população, o que contraria qualquer ideia de democracia racial brasileira. No contexto pandêmico, indica maior exposição à vulnerabilidade da população negra frente ao novo coronavírus.

Este contexto tem proporcionado uma enorme visibilidade às desigualdades no acesso à saúde no Brasil, em especial aos mais pobres e negros. O que foi imediatamente observado em termos de disparidade racial, foi a dificuldade de acesso da população negra na área da saúde associada à outra dimensão bastante impactante na pandemia: o território. A população negra é a que vive em territórios com pior acesso aos serviços públicos (como água e saneamento básico) e sofre mais com precariedades de mobilidade urbana e acesso a unidades de saúde (LIMA E MILANEZI, 2020). As consequências da Covid-19 incidem em campos como trabalho, educação, renda e violência doméstica. Sobretudo, a violência policial se aplica como um maior fator de risco neste período pandêmico, por conta dos altos índices de execução nas operações policiais (LIMA E MILANEZI, 2020).

Há outros fatores associados à dificuldade de obtenção de dados sistematizados em relação à pandemia, o que leva a uma grande subnotificação de casos e óbitos. Ainda que exista certa precariedade nos dados públicos, é possível constatar um maior impacto concentrado nos negros. Como revelam os números extraídos do Ministério da Saúde, o índice de mortalidade é de 27,8% (153 mil óbitos) para os pretos e pardos em 2020, e de 17,6% (117 mil óbitos) para brancos (MARINHO E TEIXEIRA, 2021).

3. Faixa Etária

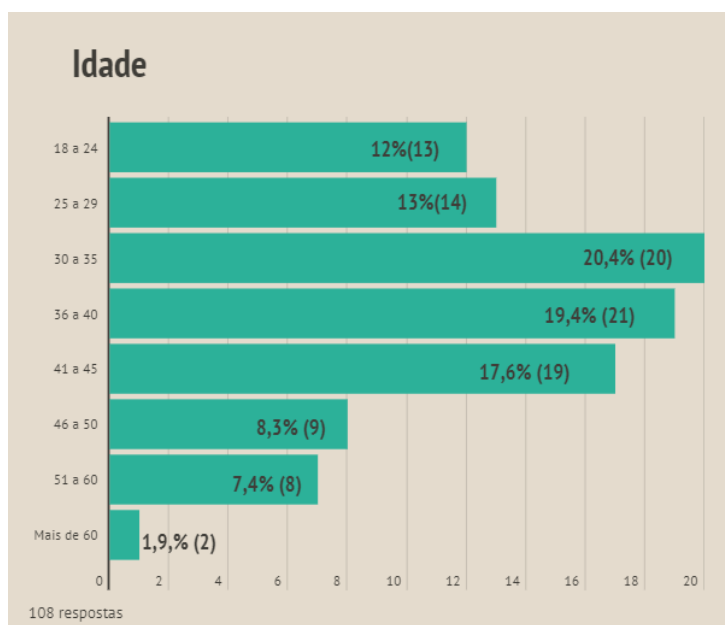


Gráfico 3

Quanto à faixa etária, os cuidadores se concentram, principalmente, entre 30 e 50 anos (65,7%), enquanto 12% (13) declararam ter entre 18 e 24 anos, 13% (14) têm entre 25 e 29, 7,4% (8) entre 51 e 60 e 11,9% (2) mais de 60.

4. Escolaridade

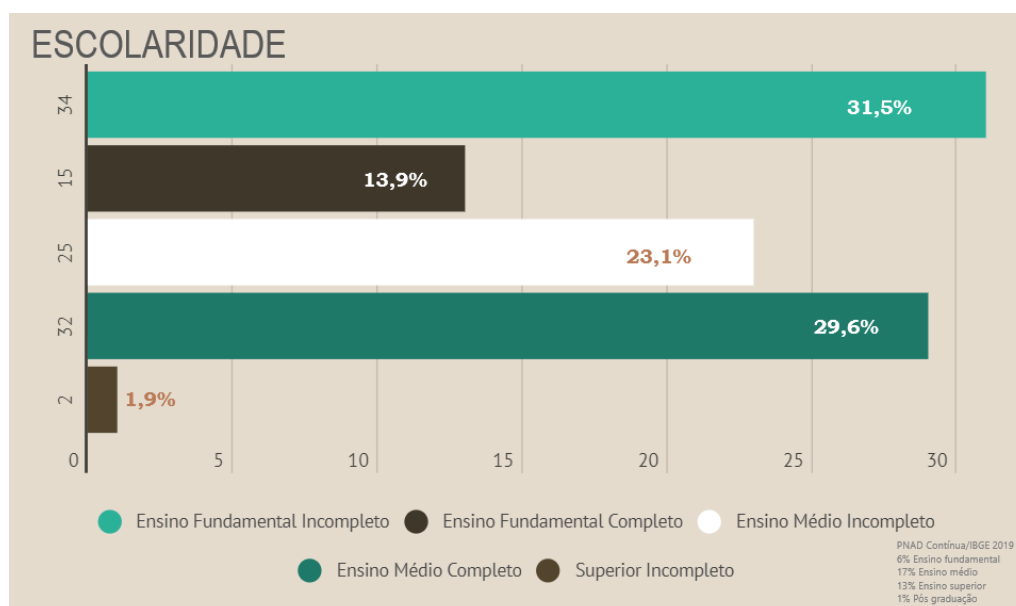


Gráfico SEQ Figura * ARABIC2

Os dados da amostra ressaltam que apenas 1,9% dos respondentes ingressaram no ensino superior; 29,6% estudaram até o final do ensino

médio; 13,9% estudaram até o final do ensino fundamental e 31,5% não terminaram o ensino fundamental. Nesse sentido, a não conclusão do ciclo básico de ensino (Ensino Médio completo) entre 68,5% dos entrevistados indica que o acesso à educação básica universalizada ainda é um desafio e, por consequência, um limitador de opções e de ascensão social por meio de políticas públicas. Como reflexo das condições históricas e estruturais do racismo, essa população acaba por ser maioria em postos de trabalho mais precarizados e instáveis.

Além dos marcadores de raça e classe, a compreensão das condições educacionais desiguais envolve alguns aspectos importantes: as diferentes condições das escolas públicas e privadas, as expressivas assimetrias regionais, assim como a estrutura domiciliar e de acesso aos equipamentos que viabilizem o ensino remoto. Tratando-se de favelas, é evidente uma maior vulnerabilidade social da população de favela, diminuindo ainda mais as suas chances de mobilidade e ascensão social.

Nesse sentido, as diferentes condições de acesso, desenvolvimento escolar e conclusão do ensino básico tornaram-se mecanismos produtores de iniquidades. Sem acesso ao ensino básico, há uma maior dificuldade na continuidade da educação superior/profissionalizante e, por sua vez, menores chances de ingresso em funções bem remuneradas no mercado. Segundo Lima e Prates (2015), notam-se mudanças nas taxas de escolarização no ensino fundamental e médio, considerando a raça/cor, no período de 1980 a 2010. No ensino fundamental, há uma tendência de universalização para todos os grupos de cor. O ensino médio, por sua vez, permanece desigual apesar da expansão da oferta (VENTURINI, LIMA ET AL, 2020).

5. Religião

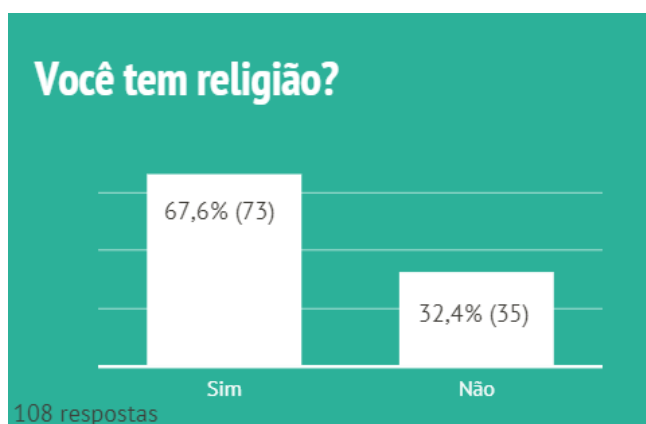


Gráfico 5

Quanto à religião, 67,6% (73) responderam ter uma, enquanto 32,4% (35) disseram que não possuem.

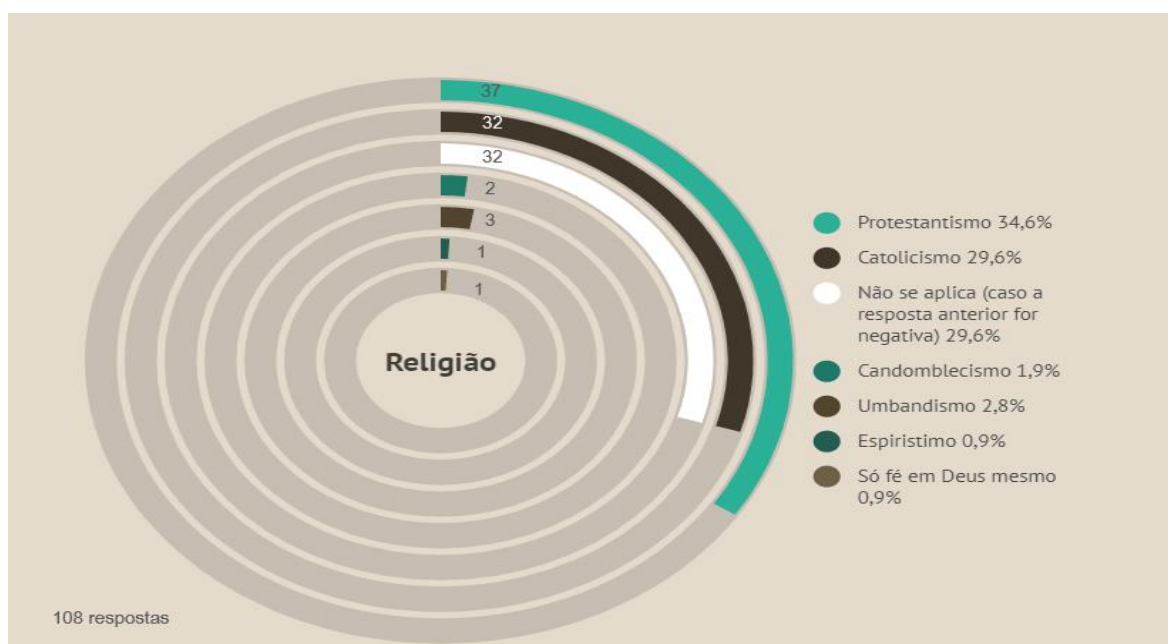


Gráfico 6

Em relação a qual religião os respondentes são adeptos, 34,6% (37) são protestantistas, 29,6% (32) são católicos, 29,6% (32) não se aplica, 1,9% (2) são candomblecistas, 2,8% (3) são umbandistas, 0,9% (1) espíritistas, 0,9% (1) afirmaram ter “só fé em Deus”. Pode-se visualizar uma preponderância dos respondentes que professam o protestantismo e suas veredas. Esses dados estão em confluência ao nível nacional, mesmo predominando o catolicismo, apontam um processo em curso de transição religiosa (QUEIROZ, 2019).

O Censo do IBGE de 2010 mostra que 26,2 milhões de pessoas se declaravam evangélicas no ano 2000, o que representava 15,4% da população. Em 2010 esse número saltou para 42,3 milhões de pessoas, um percentual correspondente a 22,2% dos brasileiros. Em 1991, os evangélicos somavam 9% e, em 1980, 6,6% da população brasileira. O levantamento mais recente do IBGE constatou que evangélicos se expandem em movimento oposto ao observado no catolicismo, que desde a década de 1990 registra quedas significativas em seu número. Em 2010, 64% dos brasileiros professavam a religião, contra os 91% registrados em 1970. O IBGE calcula que anualmente são abertas 14 mil igrejas evangélicas no país. Em 2022, mantida a tendência atual de crescimento no número de evangélicos, os católicos devem representar menos da metade da população brasileira (ZYLBERKAN, 2020).

Vale lembrar que este crescimento evangélico é, sobretudo, urbano (LOPES, 2006) e localiza-se majoritariamente em favelas e periferias (VITAL DE CUNHA, 2018). Em meados dos anos 1990, a crescente presença evangélica em favelas cariocas se expressava na paisagem sonora, visual e estabelecia novos marcadores de sociabilidade (MAFRA 1998; VITAL DA CUNHA 2002 e 2014; MACHADO 2013; ALVITO 2001).

6. Domicílios



Gráfico 7

Um dado relevante é o relativo às condições socioespaciais das favelas do escopo da pesquisa: o número de pessoas por domicílio. Este dado é interessante, pois ele aponta que 30,6% das pessoas residem em moradias cujo espaço é dividido por até 3 pessoas; 56,5%, isto é, a maioria absoluta convive em casas em que habitam de 4 a 6 pessoas; 12% estão na faixa de 6 a 8 pessoas por domicílio e 0,8% chegam a habitar uma moradia onde 8 a 10 pessoas vivem sob um mesmo teto. Estes dados, se colocados em relevo e confrontados pela pesquisa realizada pelo Censo IBGE de 2010, Favelas na Cidade do Rio de Janeiro, IPP, apontam observações preliminares importantes:

Tabela 2 - População de favelas por Áreas de Planejamento - Município do Rio de Janeiro - 2010

Área de Planejamento	Cidade (A)	Favela (B)	(B) / (A)
Total	6.320.446	1.443.773	23%
AP1 - Central	297.976	103.296	35%
AP2 - Zona Sul	1.009.170	174.149	17%
AP3 - Zona Norte	2.399.159	654.755	27%
AP4 - Barra/Jacarepaguá	909.368	236.834	26%
AP5 - Zona Oeste	1.704.773	274.739	16%

Fonte - Cidade: IBGE. Censo 2010; Favela: estimativa IPP sobre IBGE. Censo 2010

A região administrativa AP1 compreende a zona central e bairros como o Rio Comprido, onde está localizada uma das favelas analisadas,

o Morro dos Prazeres. Embora em termos absolutos a população favelada seja a menor da cidade, sua proporção em relação à população total da área era maior: 35%. Esses dados em confronto ratificam a alta densidade de pessoas por domicílio que gira em torno de 56,5% das habitações.

Segundo a mesma pesquisa realizada pelo IPP, a população de favela da zona sul (AP2), área onde se localiza o Guararapes, teve um expressivo crescimento populacional estimado em cerca de 15% como demonstra o gráfico do IPP.

Áreas de Planejamento	Variação % da população - 2000 - 2010	
	Favela	Não Favela
Total	19%	5%
AP1 - Central	28%	4%
AP2 - Zona Sul	15%	-1%
AP3 - Zona Norte	11%	-1%
AP4 - Barra/Jacarepaguá	53%	28%
AP5 - Zona Oeste	15%	8%

Fonte - Cidade: IBGE. Censo 2010; Favela: estimativa IPP sobre IBGE. Censo 2010

A realidade do contingente populacional e os indicadores da amostragem indicam uma dificuldade em manter um isolamento social dentro de um quadro habitacional onde, em sua grande maioria (69,3%), mais de 4 pessoas vivem na mesma residência e, muitas vezes, precisam manter uma rotina de trabalho fora de casa, o que exige a continuidade de circulação pública.

Há também uma dificuldade em agrupar esses dados e indicadores por estarem espalhados por regiões administrativas limítrofes (Guararapes está situado na fronteira entre bairros como Santa Teresa – região central e Cosme Velho – zona sul) ou mesmo no refinamento dos dados realizados pelo Censo e a ausência de dados especificados destas favelas. Entretanto, ao observar os dados das pesquisas do IPP (2010) e os dados que serão posteriormente discriminados, é evidente o crescimento do número de pessoas e conseqüentemente habitantes por residência.

Existem outras pesquisas realizadas em comunidades que podem sugerir índices expressivos de densidade populacional em favelas. O Complexo da Maré ou a Rocinha, apontam índices beirando 600% comparados à média da cidade do Rio de Janeiro (DATALABE, 2020)¹³. A pesquisa do Instituto Locomotiva — Data Favela (2020) mostra dados substanciais referentes às favelas: pelo menos 50% dos domicílios brasileiros têm 4 ou mais pessoas por residência e, entre os mais pobres, esse percentual chega a 60%. Segundo a pesquisa do Data Favela, metade dos domicílios em favelas têm 4 ou mais pessoas, e 60% têm no máximo 2 quartos.

Nestas circunstâncias, as condições de vida dessas populações se tornam desfavoráveis ao considerar as frequentes faltas de água nas casas, acesso precário aos serviços de saúde, altos índices de trabalhadores informais pelos quais o isolamento social é impossível, alta densidade intergeracional nas moradias e outros fatores associados que dificultam ainda mais a prevenção à Covid-19.

7. Programa de transferência de renda

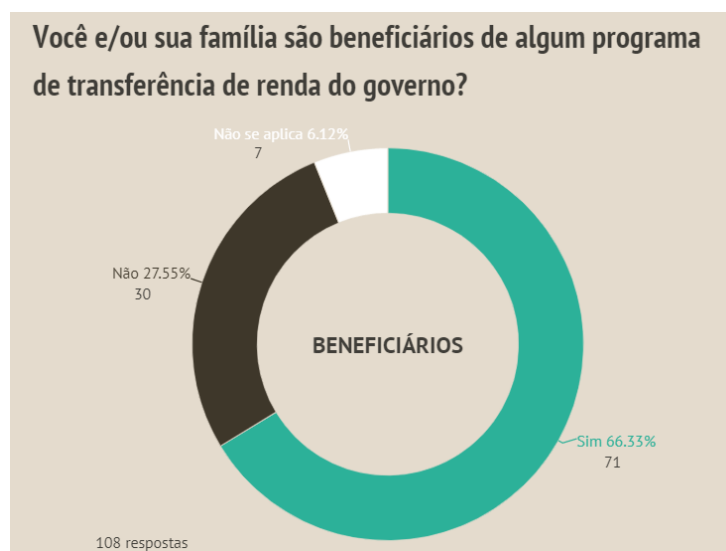


Gráfico 8

¹³ Favelas como o Complexo da Maré e Rocinha chegam a ter densidades demográficas de 32.552 e 48.258 habitantes por km quadrado. O município do Rio de Janeiro registra 5.161 habitantes por km quadrado segundo pesquisa realizada pelo Observatório Sebrae/RJ 2020.

O gráfico 8 indica que 66,33% (71) são beneficiários ou têm algum membro da família que está inscrito em algum programa de transferência de renda, 27,55% (30) não recebem e 6,12% (7) afirmaram que não se aplica, por não cumprir os critérios necessários.

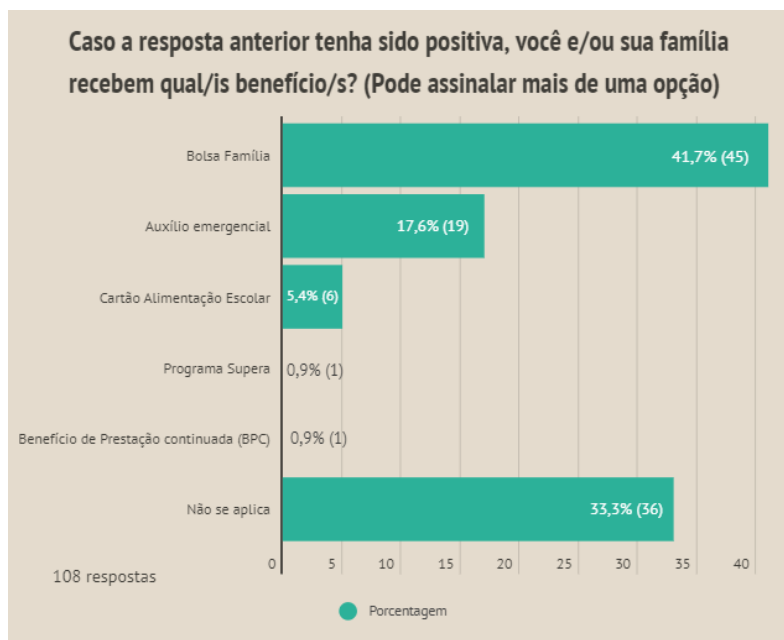


Gráfico 9

relatos durante a aplicação de questionário apontavam que muitos estavam trabalhando com carteira assinada antes e/ou durante a pandemia e ficaram desempregados recentemente e, por conta, do auxílio-desemprego, não puderam se inscrever nesses programas, sobretudo no Renda Básica Emergencial. Como pode visualizar no gráfico 9, apenas 17,6% dos respondentes receberam o auxílio emergencial.

O Auxílio Emergencial teve uma importância fundamental para conter o aumento da pobreza e da extrema pobreza no Brasil durante a pandemia de Covid-19. Foi um benefício instituído no país voltado ao repasse de 600 reais a trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais, desempregados, contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e previu o repasse de 1200 reais as mães solas que chefiavam famílias, entre o período de abril e dezembro de 2020 (CAMARA, 2021).

Um dado significativo que incide sobre 33,7% (37) dos respondentes é o fato de não serem beneficiários de nenhum programa de transferência de renda. Conforme apresentado pelas entrevistadoras,

Dado o papel, o Auxílio desempenhou para a proteção dos grupos mais vulneráveis, em especial das mulheres negras, principais alvos destas políticas por ter rendimentos menores em suas ocupações e estarem à frente na chefia da família¹⁴. De acordo com uma simulação¹⁵ realizada por pesquisadoras do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da USP, sobre os impactos dos novos valores do Auxílio em 2021, os resultados mostram que não trará a mesma proteção social contra a perda da renda que trouxe em 2020 (NASSIF-PIRES, CARDOSO, OLIVEIRA, 2021). A diminuição do auxílio agrava a situação da pobreza da população e expõe mulheres negras a uma maior vulnerabilidade econômica. Em 2019, antes da pandemia, a pobreza atingia 33% das mulheres negras, 32% dos homens negros e 15% das mulheres brancas e dos homens brancos (NASSIF-PIRES, CARDOSO, OLIVEIRA, 2021).

¹⁴ No Brasil são 11 milhões de mães solo; 61% são negras e 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza (PNAD Contínua 2019).

¹⁵ A partir dos dados da PNAD Contínua de 2019 e da Pnad Covid-19 de 2020.

MÓDULO 2

Consiste no perfil das famílias no que se refere aos indicadores de trabalho, renda e direitos sociais (inserção e manutenção no mercado de trabalho formal e/ou informal, renda individual e familiar pré-pandemia e durante a Covid-19, formato de trabalho e dedicação de carga horária pré-pandemia e durante a Covid-19).

1. Trabalho e pandemia

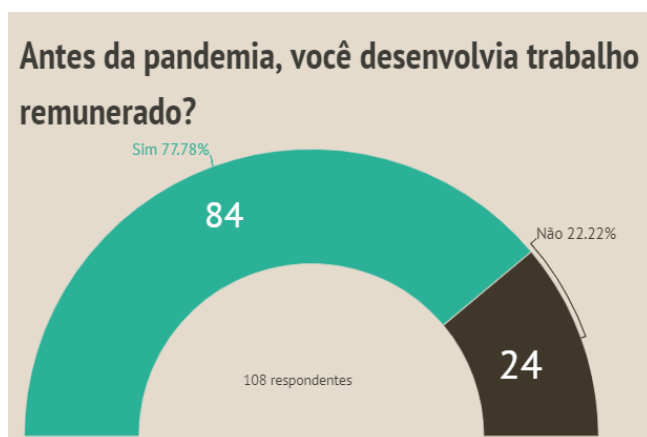


Gráfico 1

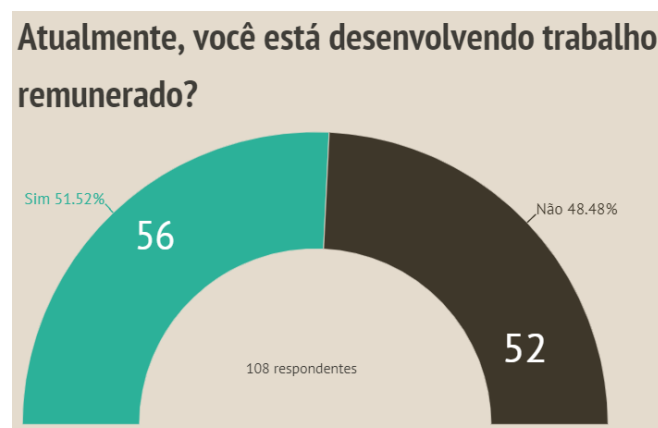


Gráfico 2

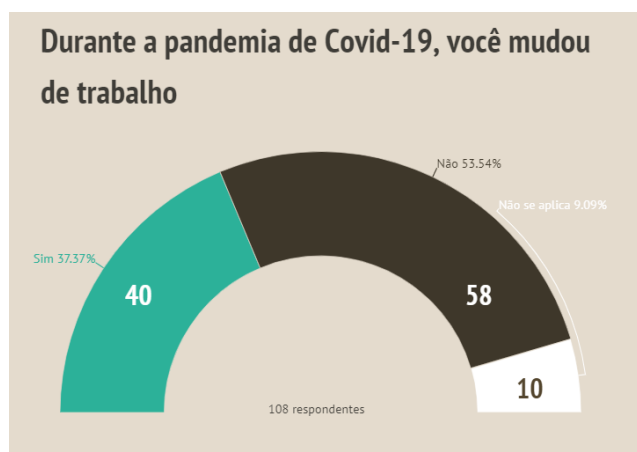


Gráfico 3

Antes da pandemia 77,78% (84) estavam trabalhando com remuneração e 22,22% (24) dos respondentes não estavam trabalhando. Esse número cai para 51,2% (56) para os que seguiram trabalhando durante a pandemia, enquanto 48,48% (52) não trabalham. Visualiza-se uma queda de 15 pontos para os que desenvolviam trabalho antes e os que continuaram trabalhando depois

da pandemia de Covid-19. A taxa de desocupação de 48,48% indica que a cada 100 pessoas, 50 não estão desenvolvendo atividade remunerada. O número representa o triplo do índice de desocupação no país que está 14,7% com mais de 14,8 milhões de brasileiros sem um posto de trabalho (PNAD COVID, 2021). De janeiro de 2020, antes da pandemia de Covid-19, quando o mercado de trabalho ainda não havia sido fortemente impactado pela crise sanitária, estava em 11,2%. Em um ano, 8,1 milhões de pessoas perderam o emprego, uma perda de 8,6% na população ocupada do país (MENDONÇA, 2021). Essa perda de trabalho depois da pandemia é duas vezes maior entre os respondentes.

Durante a pandemia 53,54% (58) dos respondentes não mudaram de trabalho, 37,37% (40) mudaram e 9,09% (10) não se aplica por não trabalharem nem antes e nem durante. Os impactos da pandemia sobre o mercado de trabalho foram desastrosos. No início da pandemia em março 2020, muitos dos trabalhadores perderam o trabalho remunerado e não conseguiram continuar no mercado procurando emprego¹⁶. Essa especificidade da pandemia, ainda não vista, fez com que a taxa de desemprego se apresentasse baixa, apenas 9,6% na Pnad de Covid de maio de 2020, por conta das pessoas que estavam em casa e que não procuraram emprego devido à pandemia (PRATES e LIMA et al, 2021). Mas é possível verificar o impacto no setor de empregabilidade em que menos de dois meses após as medidas de distanciamento social adotadas em março de 2020, mais de 1 milhão de postos de trabalho foram desfeitos somente no mercado formal, e outros 2 milhões no informal (PRATES E BARBOSA, 2020a).

2. Modo de trabalho formal ou informal

Com relação ao trabalho formal ou informal, 16,7% (18) ocupam o trabalho formal (CLT – celetista, Concurso Público – concursado, Contrato – contratado, processo seletivo público ou privado e outros

¹⁶ PRATES, Ian; LIMA, Márcia et al. Desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho em meio à pandemia. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFROCEBRAP, n. 7, 2021.

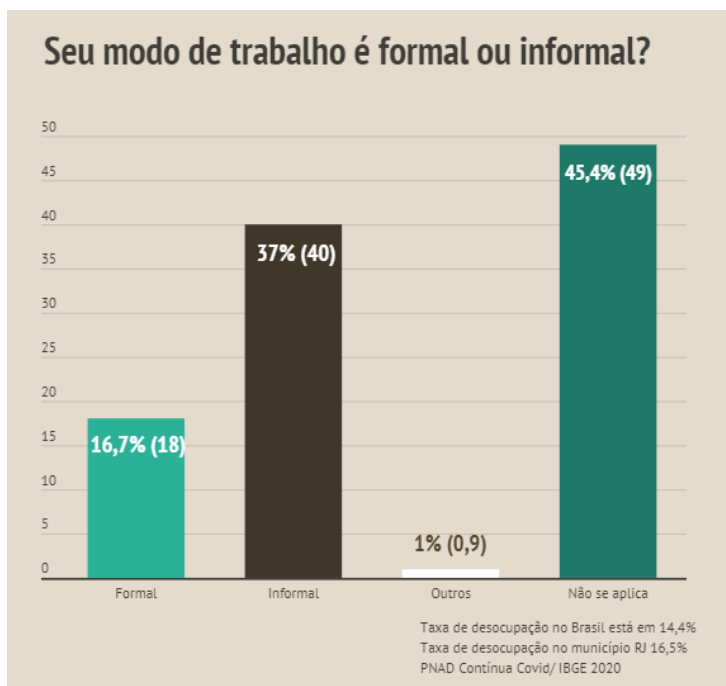


Gráfico 4

momento, 0,9% (1) se enquadram em outros (Bolsa – bolsista, Estágio – estagiário(a), Jovem Aprendiz e outros meios).

A ocupação em emprego formal entre os respondentes (16,7%) está próxima a dos moradores de favela, conforme indica a pesquisa do Instituto Locomotiva e CUFA, realizada em 2020, onde consta que apenas 17% ocupam esses cargos. Esse percentual representa pouco mais da metade da taxa comparada à população brasileira (31%). Quanto ao desemprego, visualiza-se um fenômeno alarmante, o índice de desocupado entre os respondentes é três vezes maior (45,4%) do que a média nacional que está em 14,4% (PNAD-contínua/IBGE 2020), quase o triplo da taxa no município do Rio de Janeiro com 16,5% (PNAD-contínua/IBGE 2020) e é o dobro das favelas com 26% (LOCOMOTIVA, 2021).

meios formais), enquanto 37% (40) trabalham de maneira informal (MEI – microempreendedor individual, Autônomo(a) e outros meios informais), 45,4% (49) dos respondentes afirmaram que não se aplica já que não desenvolvem trabalho remunerado no

3. Renda individual e familiar

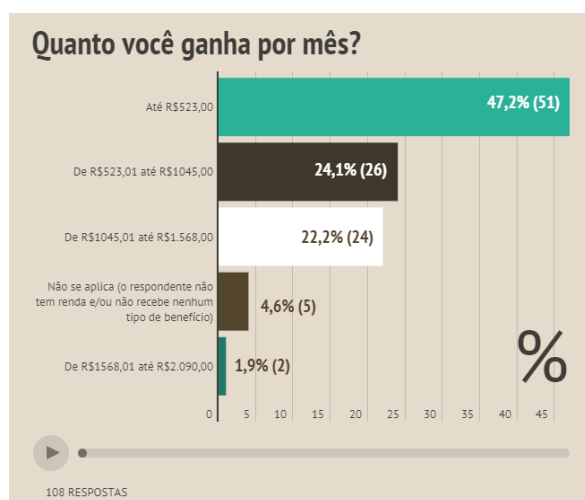


Gráfico 5

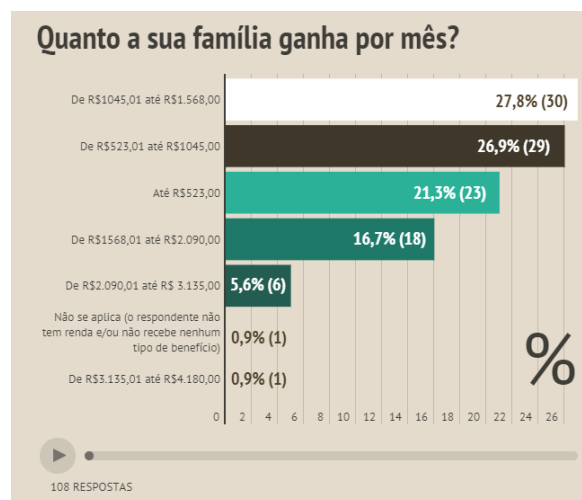


Gráfico 6

No gráfico 6, os resultados correspondem apenas a renda individual dos respondentes em que 47,2% (51) ganham até R\$523,00; 24,1% (26) tem uma renda entre R\$523,00 a R\$1045,00; 1,9% (2) recebem de R\$1568,00 até R\$2090,00 e 4,6% (5) não se aplica, pois os respondentes não têm renda e/ou não recebem nenhum benefício. No gráfico 7, a renda familiar de até R\$523,00 tem 21,3% (23) respondentes, em relação aos ganhos entre R\$523,00 até R\$1045,00, são 27,8% (30) pessoas; já 16,7% (18) afirmaram que a renda familiar é de R\$1568,00 até 2090,00; entre R\$2090,00 até R\$3135,00 tem 5,6% (6); de R\$3135,00 até R\$4180,00 tem 0,9% (1) e 0,9% (1) não se aplica (o respondente não tem renda ou não recebe nenhum benefício).

No que tange a renda de R\$523,00 até R\$1045,00 tem um acréscimo de apenas 2% no que se refere à comparação entre a renda individual e familiar, isso significa que um único membro é responsável por 24,1% da renda familiar de até um salário-mínimo e, apenas 2% dividem renda com outro membro da família. Pode observar que metade dos respondentes (47,25%) que ganham até R\$523,00 (gráfico 6) exercem a renda total da família, conforme indica o gráfico 7 (21,3%) eles têm a renda familiar dentro desse recorte. Além disso, metade dos respondentes estão sem renda ou sobrevivem com uma renda mensal

de metade de um salário-mínimo (o valor de referência em 2021 do salário-mínimo é de R\$1045,00). No que se refere à renda familiar, metade dos respondentes reúnem uma renda familiar mensal de R\$523,00 até R\$1568,00, isto é, não chegam a dois salários-mínimos.

Observa-se que, aproximadamente, 72% dos entrevistados possuem uma renda individual de até um salário-mínimo, e mais de 50% têm a renda familiar de até um salário-mínimo. Estes percentuais se aproximam da renda média mensal per capita dos brasileiros que, nos três primeiros meses de 2021, atingiram a marca de R\$995 que, pela primeira vez, está abaixo de mil reais mensais. O dado representa uma queda de 11,3% ante ano anterior, quando estava em R\$1.122, o maior nível da série iniciada em 2012 (PASSARELLI, 2021).

4. Atividade remunerada que exercia antes da pandemia

Assinale a seguir se ANTES DA PANDEMIA você desenvolvia alguma/s das atividades abaixo. (Pode assinalar mais de uma opção)

"Guia de turismo"	1	0,9%
Produção, ajuste e conserto de roupas, sapatos e acessórios	1	0,9%
Produção e venda de artesanato	2	1,9%
Vendedor/a ambulante	3	2,8%
Atendente de obras, construções e reparos	4	3,7%
Produção e venda de alimentos sob encomenda ou pronta entrega	5	4,6%
Atendente de comércio	10	9,3%
Outros serviços (faxineira/o, cozinheira/o, lavadeira/o, passadeira/o, cuidador/a de idosos e/ou crianças)	42	38,9%
Nenhuma das anteriores	42	38,9%

108 RESPOSTAS

Gráfico 7

A ocupação que os respondentes desenvolviam antes da pandemia está entre 0,9% (1) de "guia de turismo", 0,9% (1) em produção, ajuste e conserto de roupas, sapatos e acessórios, 1,9% (2) produção e venda de artesanato, 2,8% (3) trabalhavam como vendedor(a) ambulante, já entre atendente de obras, construções e reparos eram 3,7% (4). Quanto à produção e venda de alimentos, 4,6% (5) ocupavam

este posto, 9,3% (10) eram atendentes de comércio, 38,9% (42) tinham outros serviços (faxineira(o), cozinheira(o), lavadeira(o), passadeira(o), cuidador(a) de idosos e/ou crianças) e 38,9% (42) não ocupavam nenhuma das anteriores ou não se encaixava nas opções dispostas pelo questionário.

5. Mudança nos ganhos durante a pandemia

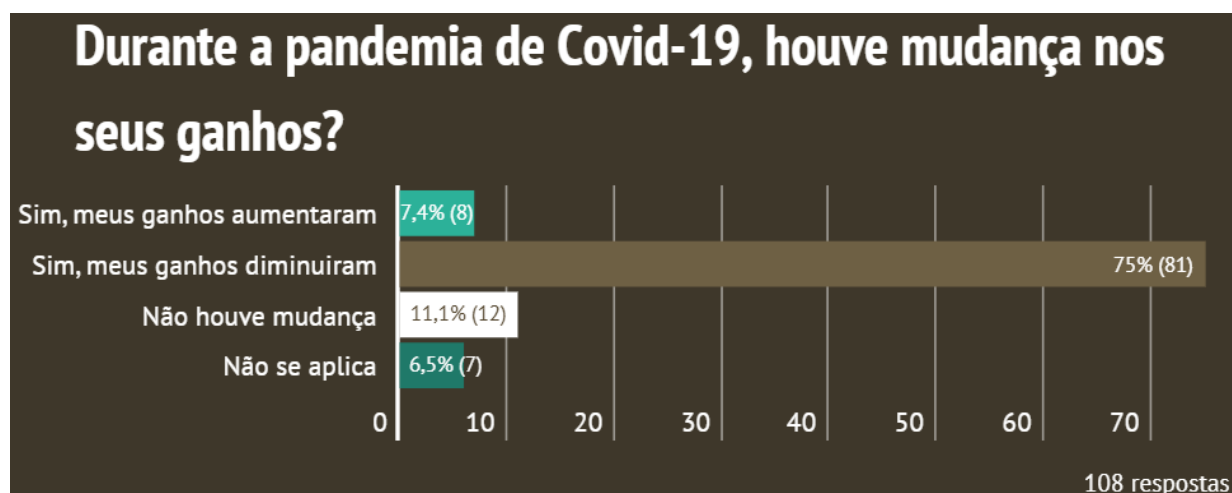


Gráfico 8

No que se refere à alteração nos ganhos financeiros durante a pandemia, 75% (81) tiveram uma redução nos seus ganhos, 11,1% (12) não sentiram mudança, 7,4% (8) tiveram um aumento e 6,5% (7) não se aplicaram, pois não desenvolviam trabalho remunerado desde antes da pandemia de Covid-19. Visualiza-se que mais de 80% tiveram uma redução ou estão sobrevivendo sem renda. Uma pesquisa divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em abril de 2021, mostrou que 46% dos trabalhadores tiveram a renda reduzida durante a pandemia, por conta da crise sanitária (G1, 2021). Os respondentes sem renda ou que tiveram uma diminuição em seu salário, representam quase o dobro comparado à média da população brasileira.

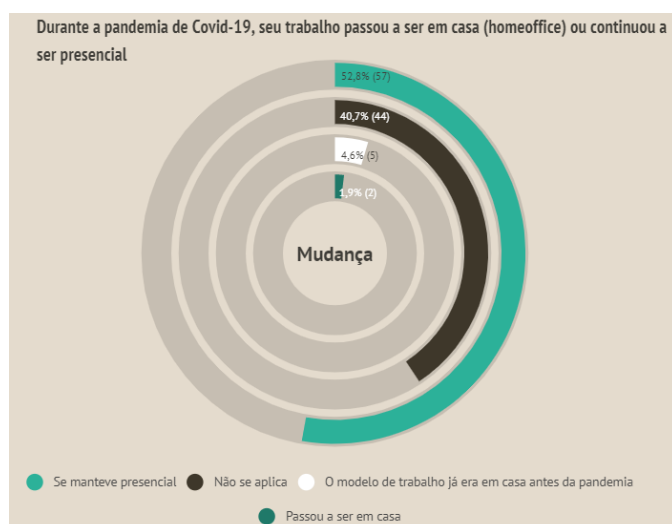


Gráfico 9

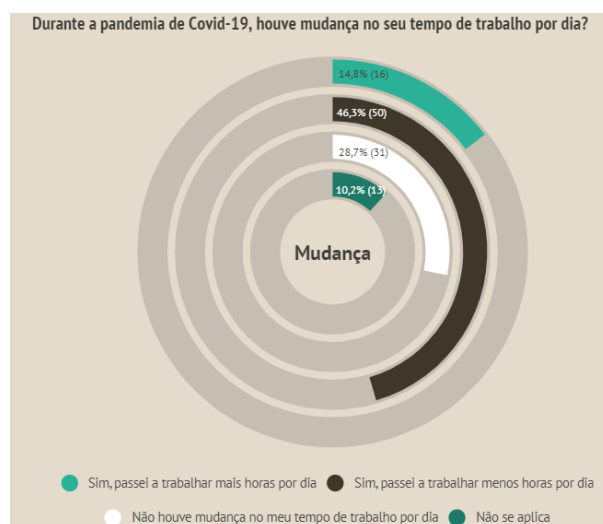


Gráfico 10

O gráfico 9 demonstra que o trabalho presencial não foi uma realidade distante neste período de pandemia, entre moradores do Morro dos Prazeres e do Guararapes, mais da metade se mantiveram no formato presencial 52,8% (57), enquanto 40,7% (44) não possuem trabalho. Apenas 1,9% (2) passaram a trabalhar em casa, enquanto 4,6% (5) o trabalho já era em casa antes da pandemia.

No início da pandemia, em março de 2020, uma pergunta se fazia: “E quem são aqueles que estão saindo para trabalhar?” Ela aparece em uma reportagem da revista Nexa, que analisa os dados da PNAD covid-19 de 2020, pelos pesquisadores Ian Prates, Márcia Lima e Caio Jardim de Sousa, em 29 de junho de 2020. Um dos resultados foi que o perfil das pessoas que estão trabalhando presencialmente são um grupo consideravelmente menos escolarizado e mais negro que aquele em *home office*, onde 38,7% estudaram até o ensino fundamental, 43,6% até o ensino médio, 17,8% até o ensino superior e 54,0% são negros. Os que estão trabalhando fora de casa vivenciam uma tendência geral de redução da carga horária e da renda (PRATES, LIMA e JARDIM, 2020).

Observando os dados dispostos no Gráfico 10, durante a pandemia houve uma mudança expressiva no tempo de trabalho, onde 14,8% (16) passaram a trabalhar mais horas por dia depois da pandemia, enquanto 46,3% (50) passaram a trabalhar menos horas e 10,2% (13) dos

respondentes não se aplicaram por não exercer nenhum tipo de atividade remunerada, assim como 28,7% (31) não tiveram mudança no seu tempo. Os mesmos entrevistados que reduziram a carga horária tiveram também sua renda reduzida, isso tem uma aproximação aos prestadores de serviço e trabalhadores informais, que não possuem garantias de direitos trabalhistas e exercem um vínculo de trabalho autônomo, e dependem da sua demanda de trabalho para obter renda. Se observar, esse grupo de respondentes são a maioria em quase todas as atividades não essenciais de atendimento a grandes públicos, como os serviços domésticos, a alimentação, serviços gerais, atendentes de comércio, vendedor ambulante, venda de alimentos, entre outros, isso contribuiu para a continuidade do trabalho e a redução da jornada.

Na análise, a redução da carga horária afeta as mulheres brasileiras duplamente. Primeiro, porque estão mais sujeitas a perderem parte da renda do seu trabalho. Segundo, porque têm que lidar com a sobrecarga do trabalho doméstico (PRATES, LIMA, JARDIM, 2020). O prejuízo também é maior entre os negros, em comparação aos homens brancos, cuja queda foi de 24,5%, a queda do expediente foi 1,17 vezes maior entre homens negros (28,7%), 1,36 vezes maior entre mulheres brancas (33,3%) e 1,62 vezes maior entre mulheres negras (39,8%) (PNAD COVID contínua, 2020).

MÓDULO 3

1. Pandemia, família e acessibilidade

1.1 Insegurança Alimentar

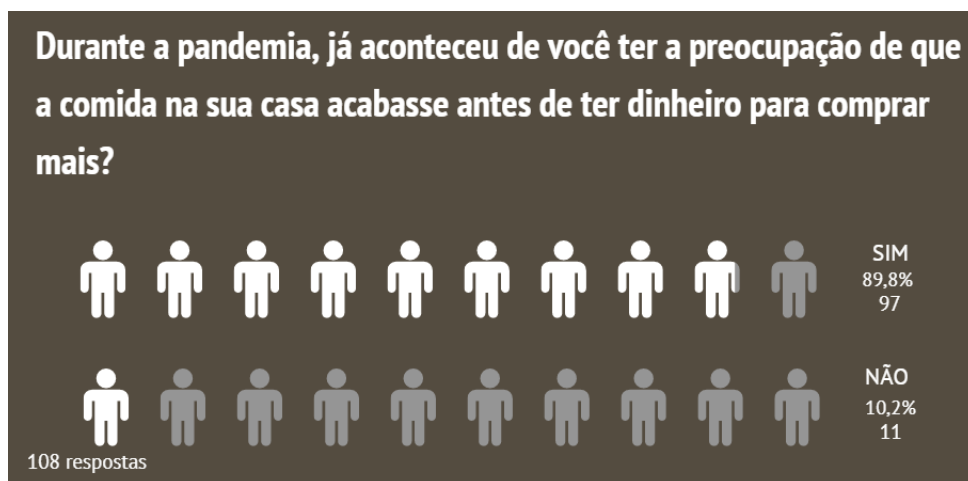


Gráfico 2

Entre os respondentes 89% (97) afirmaram ter se preocupado em não ter dinheiro para comprar mais comida em casa, mesmo antes de acabar. Apenas 10,2% (11) negaram possuir essa preocupação, isto é, 9 em cada 10 pessoas tiveram insegurança alimentar¹⁷. Esse resultado representa mais do que o dobro da população brasileira, na qual 34,7% convivem com a condição de Insegurança Alimentar leve, isto é, a preocupação de que os alimentos possam acabar antes que mais alimentos possam ser comprados (REDE PENSSAN, 2021). Segundo esse inquérito, 55,25% dos domicílios brasileiros conviveram com algum grau de insegurança alimentar no final de 2020. Esses indicadores

¹⁷ O indicador utilizado para mensurar o fenômeno da insegurança alimentar na população brasileira, tem sido a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (SEGALL-CORREA et al., 2009), pelo IBGE em seus inquéritos nacionais. Essa estruturação foi elaborada em uma escala que permite identificar três níveis: leve, moderado e grave. Esta última se refere à fome como experiência vivida no domicílio, em que, por falta de dinheiro, um membro da família reduz quantitativamente os alimentos, sente fome, mas não se alimenta. O nível de insegurança alimentar moderada se refere ao esgotamento dos alimentos no domicílio, quando os moradores adultos, desprovidos de dinheiro, reduzem a quantidade de alimentos, ingerindo apenas os existentes em casa, ou deixam de fazer alguma refeição. Por fim, o estado de insegurança alimentar leve é aquele em que há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro, e da insuficiência de recursos. Este último se refere à qualidade inadequada dos alimentos, resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade da alimentação, já os níveis moderados e graves revelam a menor ingestão quantitativa de alimentos (PAULA e ZIMMERMANN, 2021).

foram coletados em dezembro de 2020, em 2.180 domicílios, pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN, 2021).

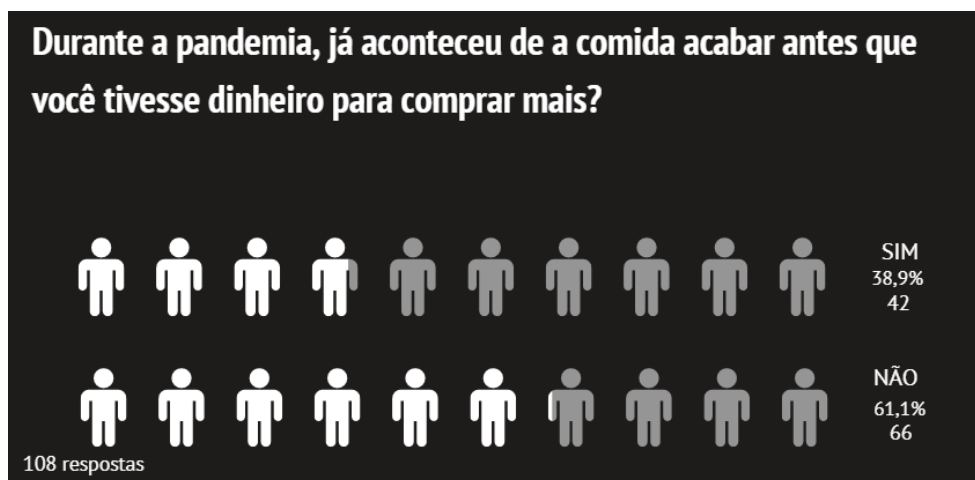


Gráfico 3

Em relação ao fato da comida acabar antes que tivesse dinheiro para comprar mais, 38,9% (42) dos respondentes afirmam que foi uma realidade, enquanto 61,1% (66) responderam negativamente. O indicador está abaixo, no que se refere aos moradores de favela no país, em que 68% não tiveram dinheiro para comprar comida em ao menos um dia, com uma parcela significativa chegando a passar fome. Além da falta de dinheiro para comprar comida, o levantamento mostra que o número de refeições diárias dos moradores das comunidades vem caindo de uma média de 2,4, em agosto de 2020, para 1,9, em fevereiro (BOCCHINI, 2021).

Os dados são da pesquisa realizada para medir os impactos da pandemia de Covid-19 entre as pessoas que moram na favela pelo Instituto Data Favela, em parceria com a Locomotiva – Pesquisa e Estratégia e a Central Única das Favelas (Cufa). A pesquisa foi feita com 2.087 pessoas em fevereiro e revela que em pesquisa semelhante, feita em agosto de 2020, esse percentual era de 43% (LOCOMOTIVA, 2021).

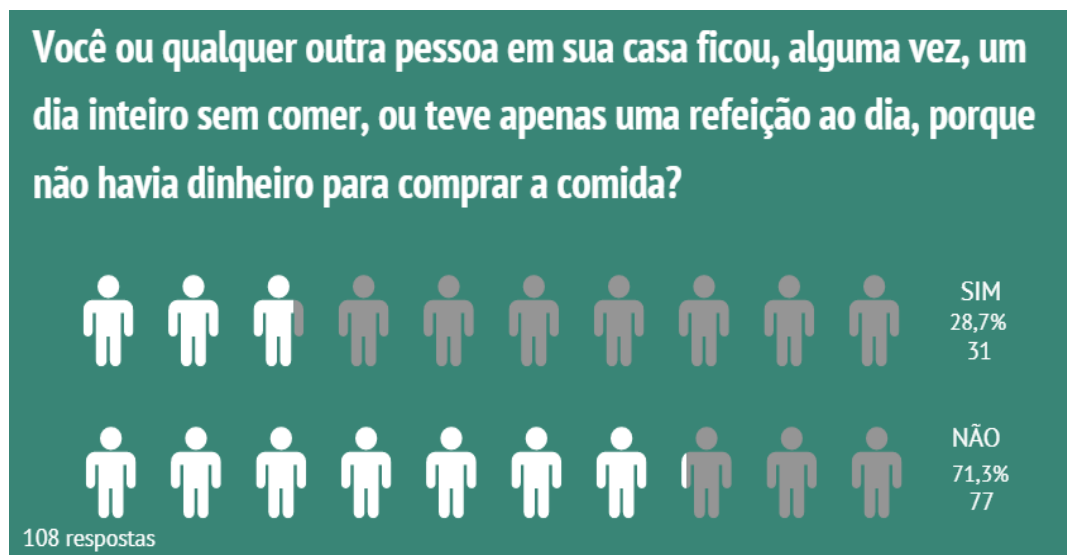


Gráfico SEQ Gráfico * ARABIC4

No que se refere aos respondentes que ficaram um dia todo sem comer ou que tiveram alguém em sua casa nas mesmas condições, por não ter dinheiro para comprar comida, esse percentual foi de 28,7 (31), enquanto 71,3% (77) disseram não ter passado por isso. Isto é, um terço ficou um dia todo sem comer ou teve alguém da sua casa que fez apenas uma refeição por dia. O resultado indica uma alta insegurança alimentar no domicílio. Este percentual é o triplo dos lares brasileiros em que 9% vivenciaram insegurança alimentar grave, no caso, passaram fome (GANDRA, 2021). Em números absolutos do total de 211,7 milhões de brasileiros(as), 116,8 milhões conviviam com algum grau de insegurança alimentar, dentre estes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficientes e 19 milhões de brasileiros passaram fome na pandemia do novo coronavírus, é o dobro do que foi registrado em 2009, com o retorno ao nível observado em 2004 (Rede PENSSAN, 2021).

1.2. Acessibilidade

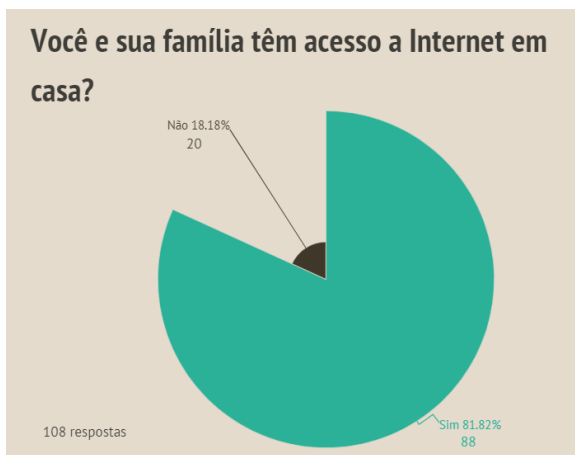


Gráfico 4

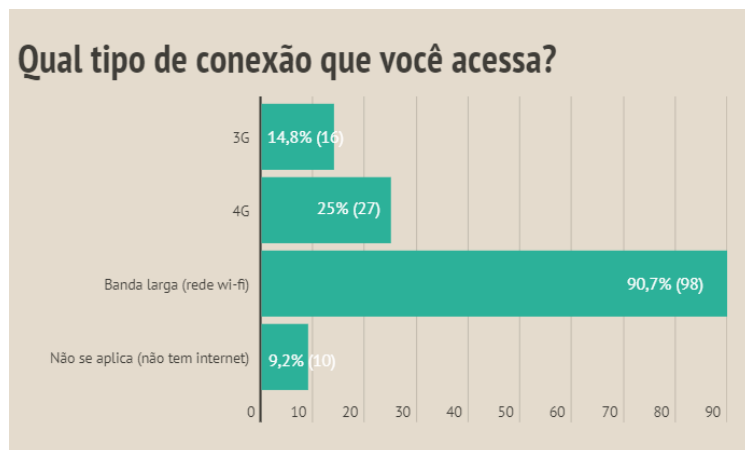


Gráfico 5

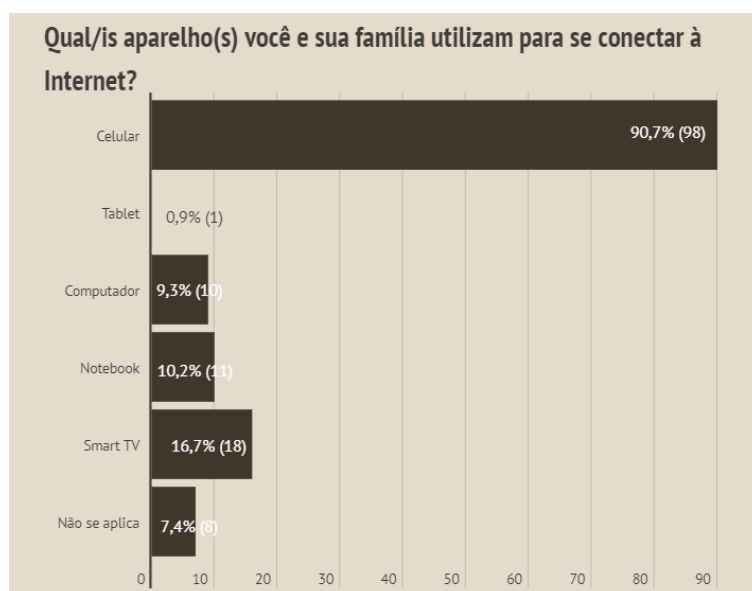


Gráfico 6

No gráfico 4, que busca identificar o acesso à internet das famílias, 81,82% (88) dos respondentes afirmaram ter internet em sua casa e 18,18% (20) indicaram não ter acesso. Este indicativo está próximo ao percentual de 82,7% domicílios brasileiros que usam internet em casa (PNAD Contínua/IBGE 2019). Os dados do relatório ratificam as pesquisas TIC Domicílios 2019 — Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br), demonstrando um crescimento no acesso à internet nos domicílios.

No gráfico 5, os indicativos são sobre o tipo de conectividade e os entrevistados poderiam responder mais de uma alternativa. Vimos que

90,7% (98) dos respondentes acessam a internet via banda larga (wi-fi) em seu domicílio, 25% (27) têm acesso pelo 4G do celular, 14,8% (16) se conectam pelo 3G do celular e 9,2% (10) não têm internet. O uso da conexão por banda larga móvel (3G/4G) está três vezes mais baixo do que nas casas da população brasileira (em 81,2%) em 2019, no que se refere à banda larga fixa (wi-fi), os respondentes apresentam um resultado superior à média nacional que está em 77,9% (PNAD Contínua/IBGE 2019).

No gráfico 6, que procura identificar os equipamentos pelos quais os respondentes acessam a internet, os respondentes puderam inserir mais de uma resposta. Aqui 90,7% (98) acessam pelo celular, 16,7% (18) acessam pela Smart TV, 10,2% (11) pelo notebook, 9,3% (11) dos respondentes acessam no computador, 7,4% (8) não possuem nenhum aparelho e 0,9% (1) utiliza tablet. No Brasil, o percentual que utiliza celular é superior entre os respondentes, com percentual de 98%. No que se refere ao uso de computador e/ou notebook, o valor é de 46% no país, frente a 19,5% entre os respondentes. O uso de tablet é dez vezes maior com 9% (PNAD Contínua/IBGE 2019). Portanto, o acesso à internet tem sido realizado principalmente através de celulares, apesar de uma parcela dos respondentes utilizarem computador ou notebook.

Ao analisar os dados relativos ao acesso à internet por meio do celular no domicílio, conclui-se que este é o principal recurso de acesso entre os respondentes. O mesmo acontece ao analisarmos dados do restante do país. Ainda assim, no Brasil, há uma proporção significativa de 18% (20) que não têm acesso à internet em seu domicílio.

Esses dados são significativos em relação ao ensino remoto e as diferenças no uso do celular, do computador, da televisão e do tablet para acessar a internet. A suspensão das aulas presenciais, a partir da metade de maio de 2020, em decorrência das medidas de isolamento social para contenção do coronavírus afetou 47,9 milhões de alunos, somente na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental

e Ensino Médio) (PNAD contínua 2020). É neste cenário que os estudantes periféricos e de escolas públicas foram mais afetados que os estudantes de escolas privadas pelas consequências da pandemia (LOCOMOTIVA, 2020).

Em 2019, enquanto 81,8% dos estudantes da rede privada acessavam a internet pelo computador, este percentual era apenas 43,% entre os estudantes da rede pública (VENTURINA, LIMA, 2020). Os dados apontam que os estudantes mais pobres são os mais afetados. O percentual de uso do computador para acessar a internet, entre crianças e adolescentes de 9 a 17 anos, dividido por classe, está entre 75% classe AB, 39% classe C e 21% classe DE. Este levantamento chamado de “Educação, cultural, periferia e racismo” foi produzido pelo Instituto Locomotiva, para Central Única das Favelas (CUFA), a partir da Pnad contínua de 2019 (LOCOMOTIVA TIC KIDS ONLINE, 2020).

Algumas consequências deste cenário devem ser pontuadas: a centralidade no celular como meio de acesso à internet, entre crianças e adolescentes das classes populares, tem impactos na sua situação de exclusão educacional. Além disso, nem todos os modelos de celular possuem capacidade de memória e processamento, limitando muitas vezes o uso às redes sociais. Nem sempre os dados de pacotes móveis são acessíveis financeiramente (LOCOMOTIVA, 2020). Por fim, o sinal de internet é muitas vezes instável e nem sempre chega com qualidade aos territórios periféricos, sobretudo em favelas que estão situadas em morros, como é o caso do Guararapes e do Morro dos Prazeres.

Quanto à mudança na convivência familiar durante a pandemia, 78% (85) dos respondentes afirmaram ter passado mais tempo em casa e conseguiram fazer atividades junto à família, que antes não podiam. Como conversar mais, fazer refeições juntos, assistir TV, ajudar as crianças com tarefas escolares, participar de atividades como jogos, brincadeiras, entre outros. Enquanto 16% (18) disseram que não houve

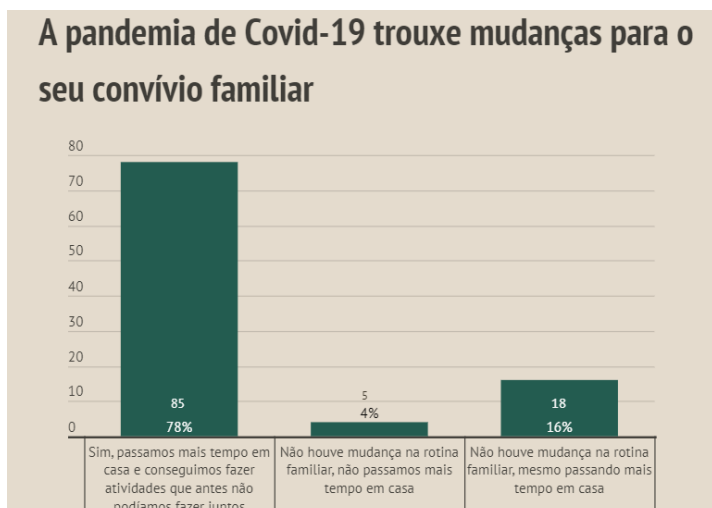


Gráfico 7

mudança na rotina familiar, mesmo passando mais tempo em casa, enquanto 4% (5) alegaram não haver mudança na rotina familiar, já que não passaram mais tempo em casa. Esse indicador traz uma reflexão que

não se refere apenas a adesão do isolamento social, mas a suspensão das aulas, com isso a presença dos filhos na rotina da casa e perda de emprego de 37% (40) durante a pandemia, no caso, metade dos respondentes.

1.3. Pandemia e situação familiar

O acesso aos chamados equipamentos de proteção individual, neste caso, máscaras de proteção e álcool em gel, a resposta foi majoritária, 99% (107) estão munidos desses equipamentos.



Gráfico 8

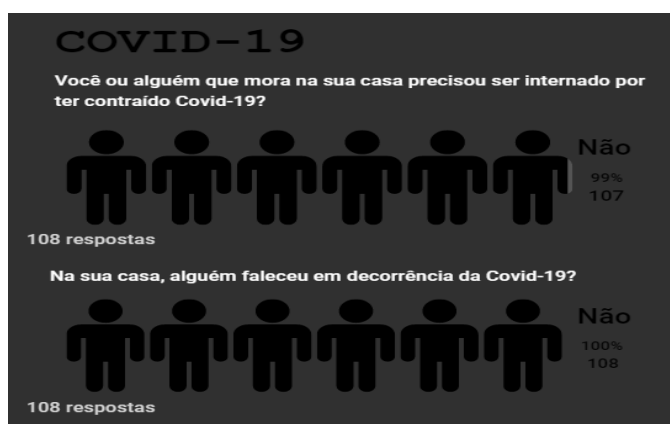
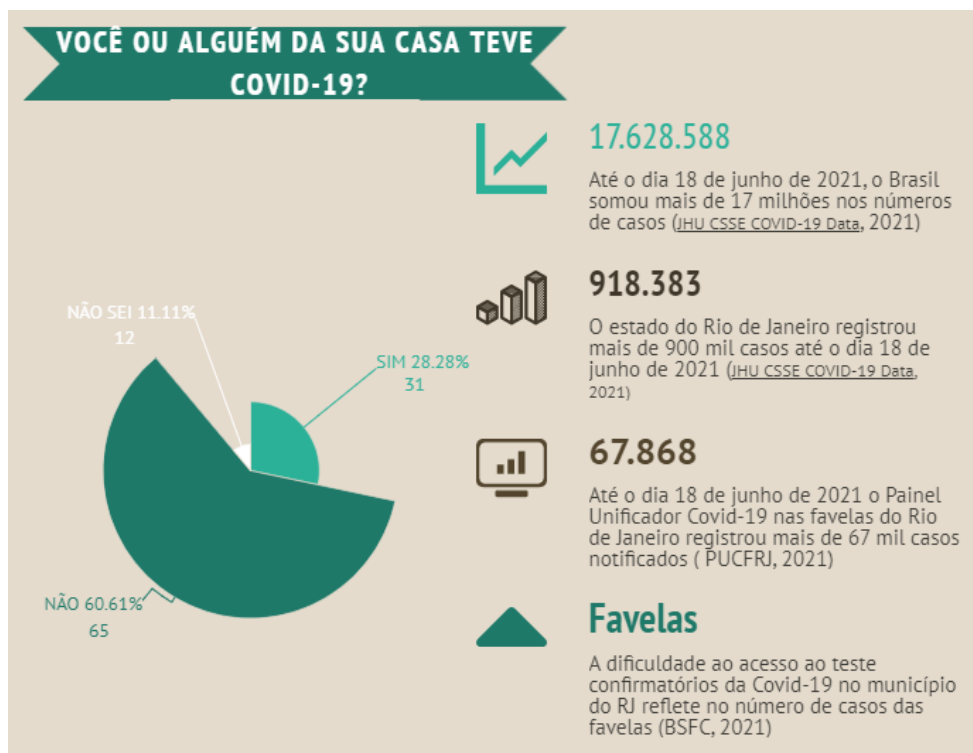


Gráfico 9

no domicílio dos respondentes.

Os casos de Covid-19 mais agravados não foram uma realidade vivenciada no universo das famílias inscritas no projeto Jovens pelo fim da violência. Houve apenas um caso de internação e nenhum óbito



No que se refere aos casos de Covid-19 nos domicílios, 60% (65) não houve casos, 28% (31) afirmaram que sim e 11% (12) não souberam

Gráfico 10

responder. No Brasil, a marca atingiu, no dia 18 de junho de 2021, mais de 17 milhões de casos confirmados de Covid-19 (JHU CSSE COVID-19 DATA, 2021). O estado do Rio de Janeiro ultrapassou 918 mil números de casos (JHU CSSE COVID-19 DATA, 2021). As favelas, na cidade carioca, passaram a marca dos 67 mil casos notificados, segundo o Painel Unificador Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro. Esse painel tem como objetivo divulgar informações sobre Covid-19 — casos e óbitos — e ações de mitigação em 228 favelas dos municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí e Mesquita. Nos dois territórios em que o projeto está localizado, até 18 de junho de 2021, o Guararapes somava 119 casos confirmados e 9 óbitos registrados, e o Morro dos Prazeres registrava 563 casos e 20 óbitos (Painel Unificador Covid-19 nas Favelas, 2021).

A cidade do Rio de Janeiro, assim como o cenário nacional, vivencia uma realidade de subnotificação dos casos de Covid-19. A escassez de testes tem sido um problema em todas as esferas que lidam com a pandemia, o que faz com que muitos casos não sejam

registrados. Nos territórios das favelas, a defasagem dos números oficiais de casos é ainda maior, intensificando os desafios em relação ao planejamento e combate à pandemia nesses territórios (ANGELO et al, 2020a). A ONU Habitat (WILKINSON, 2020) reconhece o desafio da falta de dados em favelas e assentamentos informais (Painel Unificador Covid-19 nas Favelas RJ, 2020).

Um dos efeitos dessa falta de notificação oficial se reflete no aumento dos casos de Síndrome Gripal, possivelmente indicando uma subnotificação da Covid-19 no município, em decorrência da baixa testagem nos casos leves e moderados, representados pela Síndrome Gripal (ANGELO et al, 2021). Esses dados foram referenciados no 3º Boletim Socioepidemiológico da Covid-19 nas Favelas (2021): “Análise da distribuição e incidência da síndrome Gripal em favelas cariocas”, elaborado pela Fiocruz. Existem algumas especificidades no que se refere aos dados sobre favela pontuados nesse boletim:

- 1- o acesso aos serviços de saúde é diferenciado pelo gradiente social inverso, ou seja, quanto maior a necessidade, menor o acesso. Os que não acessam o serviço, não possuem qualquer tipo de dado ou indicador;
- 2- Entre os que têm acesso, há uma negligência no preenchimento de certos campos na ficha de notificação, e esta negligência também é diferenciada pelo mesmo gradiente social;
- 3- Se acentua a barreira imposta oficialmente para acessar o bairro e o CEP. O Ministério da Saúde a partir de agosto de 2020 não disponibiliza mais esses dados no painel da saúde nos casos notificados, e existe um “verdadeiro apagão” estatístico que piora à medida que se aproxima das favelas e periferias.

O acesso ao teste para Covid-19 no município do Rio de Janeiro reflete o processo de segregação social da cidade e, principalmente, nas favelas que têm mais dificuldades em realizar os testes confirmatórios da Covid-19, sobretudo nos casos leves e moderados para ter um mapeamento e criar estratégias de mitigação (ANGELO et al. 2021).

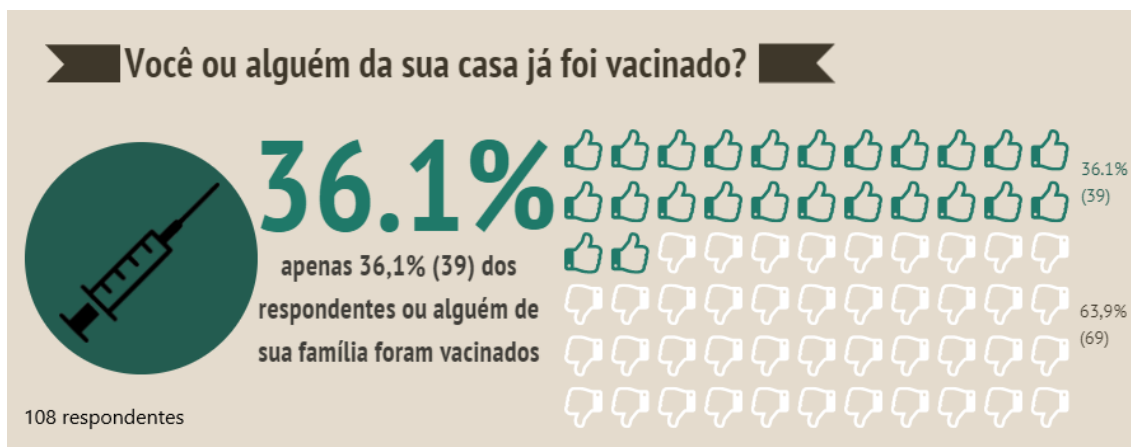


Gráfico 11

No que se refere à vacinação, 36% (39) dos respondentes ou alguém de sua família foram vacinados, enquanto 63,9% (69) não tinham sido. No Brasil, até o dia 15 de junho, já tinham mais de 85 milhões de doses aplicadas e mais de 24 milhões de pessoas totalmente vacinadas, um total de 11,4% da população (OUR WORLD IN DATA, 2021). O número de vacinados entre os respondentes corresponde a três vezes mais do que no país. Em comparação a cidade do Rio de Janeiro, até o dia 19 de junho de 2021, 40,5% da população total já estava vacinada com a primeira dose e 14,4% já tinha tomado a segunda dose (SECRETÁRIA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2021).

O processo lento de vacinação contribuiu para que o Painel Unificador Covid-19 nas Favelas — representado pelas 21 organizações e coletivos que o realizam — e 27 instituições parceiras elaborassem uma carta no dia 21 de março de 2021, voltada aos Gestores Públicos Municipais e Estaduais do Rio de Janeiro demandando um plano para vacinação prioritária nas favelas e para população de rua (PAINEL UNIFICADOR COVID-19 NAS FAVELAS, 2021).

O Painel Unificador Covid-19 nas Favelas, desde julho de 2020, divulga dados sobre o alcance da Covid-19 nas favelas cariocas, na dificuldade de dados produzidos e publicados por parte das prefeituras ou do Estado, que trouxessem visibilidade ao processo específico das favelas (Ibidem, 2021). Desde março de 2020, as favelas são afetadas sem iniciativa de políticas públicas de saúde ou assistência social

voltadas especificamente para estes territórios. Com o processo de vacinação não foi diferente, os critérios e os grupos prioritários não atingiram alta parcela dos moradores de favelas cariocas (Ibidem, 2021). Dessa forma foram enumerados os fatores que justificam a urgência de inclusão das populações de favela como grupo prioritário no Plano de Vacinação contra Covid-19:

- 1- Infraestrutura de moradia precária pela falta d'água nas casas, saneamento básico e acesso aos serviços de saúde;
- 2- Número alto de trabalhadores de serviços essenciais e informais para os quais o isolamento social da população não seria possível;
- 3- Alta densidade populacional por domicílio;
- 4- Falta de informações adequadas e verificadas;
- 5- Risco de contágio e exposição dos moradores de favela se torna maior e sua capacidade de enfrentamento é menor.

É indiscutível a urgência da priorização dos moradores destes territórios na política estadual e municipal de vacinação

NOTA TÉCNICA - RELATO DAS ENTREVISTADORAS

O objetivo desta nota é expor brevemente as impressões e as análises críticas das entrevistadoras durante as aplicações dos questionários. Priorizando os princípios éticos no processo de elaboração desta pesquisa, as entrevistadoras não serão identificadas, visando a preservação da confidencialidade. Para tanto, elas serão referenciadas como entrevistadora 1, entrevistadora 2 e entrevistadora 3.

Entrevistadora 1

Número de entrevistados: 40

Território: Guararapes

As impressões gerais da entrevistadora 1 foram:

- O perfil dos entrevistados: quatro (04) deles foram os próprios jovens participantes do projeto, trinta e duas (32) mães, um (01) avô, uma (01) prima e dois (02) pais;
- maioria de respondentes sem vínculos trabalhistas formais (não contribuintes do INSS) e que não contavam com cônjuge na criação dos filhos;
- presença de relatos sobre diminuição da renda familiar, devido ao afastamento de períodos prolongados e/ou foram dispensadas do trabalho que exerciam;
- no que tange aos homens (avô e pais) que responderam o questionário, destacou-se a inserção da maioria na informalidade trabalhista;
- maior parte das respondentes eram beneficiárias do Programa Bolsa Família, apenas duas entrevistadas revelaram receber o Auxílio Emergencial e algumas citaram o Cartão Alimentação Escolar, do governo municipal;
- apesar de boa parte das(os) entrevistadas(os) terem acesso à internet comunitária por banda larga (wi-fi), a qualidade do serviço e a instabilidade do sinal foi relatada recorrentemente. Tanto o sinal telefônico, quanto de internet na comunidade, dificultava o contato. A relação entre o acesso à educação formal por não disporem de computador, tablet ou notebook, foi ressaltada como agravante no acesso ao ensino remoto.

-

Entrevistadora 2

Números de entrevistados: 33

Território: Guararapes e Morro dos Prazeres

- Destacou a violência policial nas operações ilegais¹⁸, durante a pandemia, como uma questão recorrente, juntamente à

¹⁸ No dia 5 de junho de 2020, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), proibiu em decisão liminar (provisória) a realização de operações policiais em favelas no estado

instabilidade do sinal da banda larga (wi-fi) por conta da entrada dos policiais cortando os fios de internet. Além de fechar o comércio (bar, salão, lojas, etc.) prejudicando também as atividades econômicas que geram a renda de algumas famílias;

- a associação de moradores foi apontada como principal fonte para fornecer máscaras e álcool em gel para as famílias, assim como o Promundo;
- a mudança nas rotinas familiares durante a pandemia foi reforçada entre as respostas, pois passaram mais tempo juntos em família e realizando atividades que antes não faziam;
- o termo “trabalho remunerado” gerou reflexões entre os respondentes. A maioria não compreendia o trabalho informal como forma de renda. Justificavam a ausência de carteira assinada e, em seguida, a entrevistadora explicava o que poderia ser considerado como atividade remunerada surgindo assim a noção de “fazer bicos” ou “atividades temporárias” para aumentar a renda. Atividades como manicure, diarista, atendente de bar eram entendidas como ‘bicos’ e não como trabalho;
- boa parte das entrevistadas que realizavam atividades remuneradas estavam no regime presencial;
- a maioria das respondentes faziam parte do Bolsa Família ou do Auxílio emergencial;
- quanto à questão relacionada à “preocupação da comida acabar antes de ter dinheiro para comprar mais”, houve desconforto. Algumas entrevistadas ficaram envergonhadas em responder que não tiveram comida ou passaram um dia sem uma refeição.

do Rio de Janeiro durante a pandemia do novo coronavírus. Na decisão, Fachin citou a morte do menino João Pedro, assassinado em maio no Morro do Salgueiro, em São Gonçalo: "Nada justifica que uma criança de 14 anos de idade seja alvejada mais de 70 vezes. O fato é indicativo, por si só, que, mantido o atual quadro normativo, nada será feito para diminuir a letalidade policial, um estado de coisas que em nada respeita a Constituição". Para mais informações, acesse a reportagem de Gabriel Barreira, G1 Rio: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/05/fachin-proibe-operacoes-em-favelas-do-rio-durante-a-pandemia.ghtml>

Ao mesmo tempo, a maioria agradeceu ao projeto e a comunidade pelas cestas básicas, afirmando que se não fosse por eles a comida faltaria e as necessidades aumentariam;

- sobre o Covid-19, alguns relatos sobre a falta de testes ofertados e, sendo assim, não confirmaram se tiveram ou não a doença.
- todos relataram seguir os protocolos de segurança.
- nenhuma das entrevistadas relatou caso de internação ou falecimento.
- a maioria das entrevistadas, mesmo trabalhando presencialmente e seguindo os protocolos, ainda não foram vacinadas.

Entrevistadora 3:

Números de entrevistados: 36

Território: Guararapes e Morro

- este grupo de entrevistados demandou maior escuta por parte da entrevistadora, devido às dificuldades vivenciadas nesse período pandêmico como: relatos de piora da qualidade de vida, falta de redes de cuidado, perda de emprego, perda de renda, preocupação em manter comida em casa;
- presença de agravo na saúde entre os entrevistados e/ou familiares e dificuldades no acesso à Atenção Primária de Saúde para continuidade de tratamentos ou agendamento de consultas;
- associação entre mercado de trabalho e trabalho do cuidado: sete entrevistadas afirmaram ter assumido o cuidado integral de um parente, cônjuge ou similar depois da pandemia, resultando na perda de emprego ou um fator que impede de retornar ao mercado trabalho;
- quanto à “preocupação de ter comida antes mesmo do dinheiro acabar”, a maioria confirmou ser um problema constante. Essa

era uma parte sensível que os entrevistados desabafavam sobre a dificuldade em manter comida em casa, chegando a relatarem a ausência de comida naquele momento ou o fato de apenas contarem com os insumos básicos —como arroz e feijão;

- cinco respondentes não conseguiram o Auxílio Emergencial por estarem ganhando o Auxílio Desemprego;
- um caso de internação e nenhum óbito por Covid-19 no domicílio das entrevistadas. Alguns respondentes confirmaram que tiveram a doença, outros que talvez tenham tido, mas a maioria negou que algum membro de sua casa tenha sido acometido. Poucas pessoas tiveram acesso à testagem;
- maioria afirmou que a convivência familiar mudou depois da pandemia, houve relatos de aumento do conflito, apesar de não ter essa opção entre as respostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados e análises que compõem o “Relatório socioeconômico” lançam luz ao perfil socioeconômico com ênfase no trabalho e nas condições de vida das famílias inscritas. As análises a partir da desagregação dos dados por gênero, raça, renda, escolaridade e insegurança alimentar evidenciaram a intensificação das desigualdades que estruturam a sociedade brasileira e são sentidas no universo dessas famílias.

Em março de 2020, a narrativa sobre a situação de contaminação da Covid-19 se assegurava na ideia, veiculada na mídia, de que a transmissibilidade atingia a todos igualmente, sem distinção de cor, raça, gênero, religião, profissão, faixa de renda, situação domiciliar e outros aspectos. O primeiro óbito confirmado no estado do Rio de Janeiro (19/03/2020) foi de uma empregada doméstica — a família pediu para que o nome não fosse identificado — negra de 63 anos de

idade que se contaminou de Covid-19 através de sua patroa. A empregada morava no município de Miguel Pereira e trabalhava no bairro do Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, a 120 quilômetros de distância de sua casa. A impossibilidade de realizar o isolamento social desvelou as desigualdades de acesso às medidas de proteção. Em alguns estados, como Pará e Pernambuco, foi estipulado, inclusive, que a atividade de empregada doméstica se enquadraria como serviço essencial e não deveria parar (MELO, 2020).

A constatação de uma maior letalidade entre as populações negras e os povos indígenas fez com que não fosse mais possível afirmar que o vírus era “democrático”, e a compreensão de que “não estamos todos no mesmo barco” passou a ser o enquadramento midiático (BERTOLOZZI E VENTURINI et al, 2021). Assumiu-se que as desigualdades estruturais preexistentes de alguns grupos étnico-raciais e sociais mais vulneráveis impactavam diferencialmente a população no que concerne à gravidade e letalidade da doença.

Pode-se observar que as diferenças de gênero, raça ou cor, densidade domiciliar, renda e escolaridade são marcadores que influenciam a maior ou menor incidência da pandemia nos domicílios. As mulheres negras, centrais no papel de cuidado, foram impactadas diretamente pela crise sanitária. Durante a aplicação do questionário, o trabalho foi um tema presente nos seus relatos. O afastamento por período prolongado, a incerteza de retorno, o fato de serem dispensadas do trabalho que exerciam ou a impossibilidade de retornar, por terem que assumir integralmente o cuidado de algum familiar, foram alguns dos motivos listados nesses relatos. Isso está associado ao cenário de que a maioria era profissional do mercado informal, parte mais afetada pela fragilidade dos vínculos empregatícios, estando sujeitas ao desemprego. Outro fator se deve também pelas mulheres estarem desproporcionalmente inseridas em setores particularmente afetados pela retração da atividade econômica e fechamento de postos no mercado de trabalho.

A necessidade de formulação de políticas públicas voltadas a mulheres negras, impactadas diferencialmente pelos agravos trazidos pela pandemia, é fundamental. No que tange a uma política econômica, o Auxílio Emergencial desempenhou uma atenuação da pobreza e extrema pobreza, em 2020. Os impactos dos novos valores do Auxílio em 2021 — quatro vezes menor que o valor de 2020 — além de não trazer segurança econômica às famílias, ainda aumenta o empobrecimento da população, principalmente pela maior vulnerabilidade econômica das mulheres negras (NASSIF-PIRES, CARDOSO E MATOS DE OLIVEIRA, 2021).

Não basta concentrar o acesso à renda sem políticas públicas efetivas e desarticuladas de propostas de alterações na dimensão do trabalho, quando a informalidade e precariedade são as marcas do mercado, especialmente entre as mulheres negras. As propostas de recuperação econômica que não levam em conta o trabalho doméstico e de cuidados como o cerne para transformar a renda em bem-estar efetivo (pelo cuidado e atenção permanente) são ineficientes (SOF, 2020, p. 50).

Os aspectos atinentes à alimentação nos domicílios trouxeram importantes indicadores no que se refere à presença de Insegurança Alimentar (IA) entre as famílias. Eles deflagraram que a maioria das famílias conviviam com a IA e que eram lares chefiados por mulheres negras. As informações adicionais aos indicadores da pesquisa demonstraram como a instabilidade da situação do trabalho desdobrou na alteração do consumo de alimentos, se antes era possível ter uma alimentação mais diversa, durante os relatos muitas entrevistadas afirmaram só conseguir garantir o básico — muitas vezes exemplificados em arroz e feijão. Conforme pesquisas de âmbito nacional constataram que a IA é uma realidade nos domicílios chefiados por mulheres negras com alta densidade domiciliar (mais de quatro pessoas no mesmo domicílio), com alta taxa de desocupação entre os membros da casa e a consequente redução de rendimentos

familiares: *“Insegurança Alimentar (IA) grave das famílias foi maior quando esta pessoa era do sexo feminino, ou de raça/cor da pele autodeclarada preta/parda ou com menor escolaridade”* (REDE PENSSAN, 2021, pág. 10). O cruzamento desses múltiplos marcadores influencia para uma maior incidência de insegurança alimentar nos domicílios como verificado entre os(as) entrevistados(as).

A atuação junto às famílias participantes do projeto, durante a pandemia em 2020, fez com que os profissionais observassem um aumento de insegurança alimentar, mesmo antes da realização do relatório. Para mitigar os impactos dessa crise, o Instituto Promundo realizou doações de cestas básicas, álcool em gel e máscaras de proteção nos dois territórios ao longo de 2020. Estas ações foram possíveis com parcerias de Alegria Ahoi, KNH e Comic Relief. Em 2021, a distribuição do livro “Quinzinho”, de Luciano Ramos, buscou atuar sobre a necessidade de corresponder a ausência de mecanismos de educação durante a pandemia, uma vez que as rodas de leituras online promovidas pelos profissionais provocaram entre as crianças e adolescentes um aprofundamento na leitura e nas discussões com os seus pares e educadores.

Em se tratando de educação, a pesquisa revelou que alguns indicadores como estrutura domiciliar, a conectividade com a internet e acesso aos equipamentos que viabilizem o ensino remoto no contexto pandêmico funcionam como fatores para reprodução de assimetrias educacionais entre os respondentes. A dificuldade na acessibilidade apareceu como um dado qualitativo relatado pelas entrevistadoras, apesar da maioria dos(as) entrevistados(as) afirmarem ter acesso à internet nos domicílios, a maior parte indicou ter internet banda larga (wi-fi) comunitária, na qual a qualidade da conectividade deste sinal é precária. O acesso à internet já é considerado um direito que deve ser democratizado, inclusive a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou em 2020 um Roteiro para Cooperação Digital, e a

ausência ou acesso precário infringe a garantia do direito básico ao acesso à educação e à informação.

Desta forma, ressalta-se como o uso exclusivo de celular somado a falta de conexão adequada não garante que crianças, adolescentes e jovens tenham acesso aos conteúdos e às aulas online. As plataformas online consomem os pacotes de dados móveis dos celulares, que dependem da operadora e muitas vezes os materiais enviados — vídeos, fotos, livros e apostilas — ocupam espaços no cartão de memória limitado em aparelhos de celular. Portanto, a conexão exclusiva pelo celular se revelou a dificuldade que crianças e adolescentes dessas famílias enfrentam para acessar e permanecer no sistema educacional.

Os dados apresentados neste relatório sobre a situação da Covid-19, no que tange às condições de saúde dos moradores dos territórios do Morro dos Prazeres e do Guararapes, são disparadores de questionamentos sobre o processo de monitoramento e acessibilidade às medidas de controle de Covid-19 no município do Rio de Janeiro. Apesar da subnotificação dos casos da Covid-19 não ser um problema restrito às favelas e sim de âmbito nacional, a escassez de testes agrava um cenário de defasagem de números, dificuldade de mapeamento e de monitoramento de casos, intensificando os desafios ao planejamento e combate à pandemia nesses territórios (ANGELO et al, 2020a).

A vacinação em massa é outra medida de controle da pandemia da Covid-19. Mesmo reconhecendo que os impactos da pandemia atingem diferencialmente as populações negras e periféricas, o planejamento de vacinação não incluiu estes grupos entre os prioritários. O Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 não estabeleceu previamente as diretrizes no processo de vacinação, deixando o detalhamento das regras a cargo dos governos estaduais e municipais. Isso fez com que cada cidade ou estado estivessem em etapas distintas da vacinação, além disso, cada

plano local utilizou critérios e priorizou grupos específicos. O saldo desse processo foi que os brasileiros que tiveram mais acesso à vacinação, dentro dos critérios estabelecidos, foram principalmente os mais velhos, mais ricos e mais brancos, conforme evidenciou o epidemiologista Paulo Lotufo, professor titular de Clínica Médica da Universidade de São Paulo (ALLEGRETTI, 2021).

A exemplo, a cidade do Rio de Janeiro, só seguiu o critério por idade para a população abaixo de 59 anos, a partir de junho de 2021. Durante a aplicação do questionário no período entre 8 e 23 de maio de 2021, dos 108 respondentes, apenas 36% tinham sido e/ou tiveram algum membro da família vacinado. A priorização dos moradores de favela, como critério para vacinação, foi uma demanda, conforme já mencionado, apresentada na Carta Aberta do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas e Parceiros para gestores públicos municipais e estaduais do Rio de Janeiro, em março de 2021. Portanto, pode-se considerar que a falta de planejamento, recomendações e intervenções especificadas para as favelas cariocas contribuem para a manutenção de inúmeras lacunas, no que diz respeito a identificação e monitoramento da situação de Covid-19 nesses territórios.

Dado o contexto de agravamento das condições de vida das famílias que emerge a partir desta pesquisa, o Promundo elaborou algumas recomendações para subsidiar ações e mitigar as desigualdades baseadas em dois âmbitos: um voltado às organizações do terceiro setor, associações comunitárias entre outros de implementações de políticas públicas.

1. Terceiro Setor

Algumas medidas, já adotadas pelo Instituto Promundo, e recomendações para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs):

- 1- Escuta qualificada do público-alvo do projeto e dos moradores dos territórios.

- 2- Dar encaminhamento as demandas apresentadas nos relatos desses grupos.
- 3- No contexto de crise sanitária que afete diretamente situações relacionadas à empregabilidade e renda, contribuir com insumos básicos relacionados às necessidades imediatas e urgentes dos públicos atendidos.
- 4- Disponibilizar atendimento psicossocial às famílias dos territórios¹⁹.
- 5- Adaptação de atividades realizadas ao formato remoto, mas levando em consideração a acessibilidade das famílias para manutenção do vínculo e suporte.
- 6- Além do grupo supracitado, uma manutenção do diálogo entre as famílias via *Whatsapp* no âmbito privado.
- 7- Adaptação de um formato de capacitação para profissionais que estejam nos territórios, levando em consideração a crise pandêmica: a) atividades ocorrendo em horários alternativos; b) formato híbrido de atividades – atividades via *Whatsapp* e *Google Meeting*.
- 8- Criar pesquisa socioeconômica das famílias do território para compreender os efeitos da pandemia nas suas condições de vida.

2. Política pública

Além das ações voltadas à redução do impacto da pandemia pelo Promundo, diversas organizações da sociedade civil estão com campanhas ativas para doações, sobretudo de alimentos, em outras favelas. As medidas de proteção social não podem ser apenas ações de organizações não governamentais e movimentos sociais, elas precisam ser institucionalizadas, garantindo direitos básicos à alimentação, à educação, renda e saúde.

¹⁹ No início da pandemia, em março de 2020, os atendimentos psicossociais pelos CRAS, CREAS e outros órgãos de atendimentos diretos tinham interrompido o funcionamento ou incorporado o modelo remoto de atendimento dificultando o acesso de famílias vulneráveis.

As recomendações e alguns exemplos de práticas de intervenções que já vigoram em ações de políticas públicas:

- 1- Continuidade do Auxílio Emergencial até o fim da pandemia pelo valor estipulado em 2020.
- 2- Renda Básica Emergencial para trabalhadores informais.
- 3- Implementação de Auxílios Emergenciais municipais e estaduais – implementação de auxílios complementares.
- 4- Atenção às políticas voltadas para as crianças e adolescentes. As mães solas estão submetidas a um triplo fardo durante a pandemia: prover renda para a família, ser responsável por todo trabalho doméstico e cuidar dos seus filhos, que não estão indo para creches ou escolas.
- 5- Programas em abrangência municipal voltados ao treinamento e inserção no mercado de trabalho às populações negras.
- 6- Pesquisas aprofundadas que evidenciem a territorialidade da fome. Mapear as localidades com insegurança alimentar grave contribui para a construção de políticas — municipais, estaduais e federais — de enfrentamento da fome.
- 7- Atuação do Ministério da Educação, junto às secretarias estaduais e municipais, para garantir acesso ao conteúdo e materiais necessários. Levando em consideração a conectividade — doação de chips 4G, pacotes de dados diferenciais — e fornecimento de equipamentos eletrônicos — notebook, tablet e computador.
- 8- Testagem em massa para toda população e não apenas sintomáticos.
- 9- Estratégias para disponibilização dos dados especificamente para as favelas, como CEP e endereço, evitando o erro da informação na identificação do local da moradia (muitas vezes os casos são alocados nos bairros próximos e não nas favelas). Isso aprofunda o monitoramento das incidências e mortalidades pela doença nessas áreas.

10-Postos de vacinação em locais acessíveis para os moradores de favela.

Portanto, a definição do perfil socioeconômico, conjugados aos impactos da pandemia que as famílias estão enfrentando, trouxe uma compreensão da situação cotidiana e territorial dos moradores do Guararapes e Morro dos Prazeres no Rio de Janeiro. Os dados e as análises revelaram como as múltiplas dimensões das desigualdades preexistentes afetaram diferencialmente as produções e reproduções dessas assimetrias, no novo contexto pandêmico, a fim de compreender e elaborar estratégias frente aos efeitos da crise de saúde pública. Espera-se que estes dados possam auxiliar outras iniciativas de pesquisa, em organizações e ações governamentais, na implementação de políticas públicas reparadoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEGRATTI, Laís. **Covid: testes insuficientes e desorganizados deixam Brasil no escuro para controlar a pandemia**. BBC NEWS Brasil, Londres: 2021a. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57163793> Último acesso em: 06 jun. 2021.

_____. Vacinação por comorbidade no Brasil foi “maluquice” e encorajou fraudes, diz epidemiologista Paulo Lotufo. BBC News Brasil: Londres, 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/bbc/2021/06/29/vacinacao-por-comorbidade-no-brasil-foi-maluquice-e-encorajou-fraudes-diz-epidemiologista-paulo-lotufo.htm> Último acesso em: 01 jul. 2021.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, 2019.

ANGELO, Jussara Rafael; PÉRRISÉ, André, LEANDRO, Bianca. **Boletim Socioepidemiológico da Covid nas favelas**. Nota Técnica: Fiocruz. Rio de Janeiro, 2020a.

_____. **Boletim Socioepidemiológico da Covid nas favelas 3**. Nota Técnica: Fiocruz. Rio de Janeiro, 2021.

_____. **Boletim Socioepidemiológico da Covid nas favelas**. Nota Técnica 2: Fiocruz. Rio de Janeiro, 2020b.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) (São Paulo). NOTA RELEVANTE: **Orientação da Associação Médica Brasileira e da Sociedade Brasileira de Infectologia**. 2021. Disponível em: <https://amb.org.br/noticias/amb/nota-relevante-orientacao-da-associacao-medica-brasileira-e-da-socie> Último acesso em: 06 jun. 2021.

BERTOLOZZI, Thayla Bicalho et al. **Covid-19 e raça no Brasil de 2020: uma observação de notícias, webinários e outras fontes**. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 9, 2021.

BOCCHINNI, Bruno. **Quase 70% dos moradores de favela não têm dinheiro para comida**. Agência Brasil, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-03/quase-70-dos-moradores-de-favelas-nao-tem-dinheiro-para-comida#> Último acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL, Cristiane . **Sobe para 82,7% percentual de domicílios com internet, diz IBGE.** Agência Brasil, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/sobe-para-827-percentual-de-domicilios-com-internet-diz-ibge> Último acesso em: 19 jun. 2021.

BRITO, Carlos; CORREIA, Ben-Hur. **Rio permanece com risco alto de transmissão de Covid e medidas restritivas continuam.** G1 Rio e Bom dia Rio. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/04/rio-permanece-com-risco-alto-de-transmissao-de-covid-e-medidas-restritivas-continuam.ghtml> Último acesso: 01 jul. 2021.

CAMPOS, Ana Cristina. **Projeto mães da favela quer conectar internet a 2 milhões de pessoas.** Agência Brasil: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/projeto-maes-da-favela-quer-conectar-internet-2-milhoes-de-pessoas> Último acesso em: 29 jun. 2021.

CARRANÇA, Thaís. **Auxílio emergencial: Com benefício reduzido em 2021, Brasil terá 61 milhões na pobreza.** BBC, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/04/22/auxilio-emergencial-pobreza-valor-menor-estudo-made-usp.htm> Último acesso em: 05 jun. 2021.

CETIC - CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **Painel TIC COVID-19: Pesquisa sobre o uso da Internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus.** 3 ed.: Ensino remoto e teletrabalho. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/tic-covid-19> Último acesso em: 04 jun. 2021.

ENPS/FIOCRUZ. **Covid-19: Estudo analisa subnotificação de óbitos e desigualdades regionais.** Fiocruz: Rio de Janeiro. Disponível em:

<https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-estudo-analisa-subnotificacao-de-obitos-e-desigualdades-regionais> Último acesso: 24 jun. 2021.

FARIAS, Heitor Soares de. **A dispersão da COVID-19 na Baixada Fluminense: como o coronavírus avança pelas periferias do Rio de Janeiro.** Revista Continentes (UFRRJ), ano 9, nº 16, Rio de Janeiro, 2020.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Boletim socioepidemiológico da Covid-19 nas favelas.** nº 1, 2020. Disponível em:

https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_socioepidemiologicos_covid_nas_favelas_1.pdf Último acesso em: 31 mai. 2021.

G1. **Quase metade dos trabalhadores viram renda diminuir ou acabar na pandemia, diz CNI.** Portal G1: São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/28/quase-metade-dos-trabalhadores-viram-renda-diminuir-ou-acabar-na-pandemia-diz-cni.ghtml> Último acesso em: 19 jun. 2021.

GANDRA, Alana. **Coletivos cobram medidas de proteção contra Covid-19 nas favelas do RJ.** Agência Brasil: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-12/coletivos-cobram-medidas-de-protecao-contra-covid-19-nas-favelas-do-rj> Último acesso em: 10 jul. 2021.

GANDRA, Alana. **Pesquisa revela que 19 milhões passaram fome no Brasil no fim de 2020.** Agência Brasil, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/pesquisa-revela-que-19-milhoes-passaram-fome-no-brasil-no-fim-de-2020> Último acesso em: 18 jun. 2021.

GERJ - GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Painel Coronavírus Covid-19. Secretaria de Saúde, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://painel.saude.rj.gov.br/monitoramento/covid19.html> Último acesso em: 31 mai. 2021.

GUIMARÃES, Cátia. **Epidemia além do SUS**. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/epidemia-alem-do-sus> Último acesso em: 04 jun. 2021.

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019. Disponível em:

IBGE. **Aglomerados subnormais 2019: Classificação preliminar e Informações de Saúde**. Disponível em: <http://socecodem-ibgedgc.hub.arcgis.com/app/ac337eeee5164c0daa9c99f8689ad3f8>

Último acesso em: 31 mai. de 2021.

_____. Diretoria de Pesquisas. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Notas técnicas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. v. 1.7, p. 120. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101708_notas_tecnicas.pdf Último acesso em: 04 jun. 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO LOCOMOTIVA. <https://www.ilocomotiva.com.br/single-post/o-dia-8-em-cada-10-fam%C3%ADlias-nas-favelas-dependem-de-doa%C3%A7%C3%B5es> Último acesso em: 19 jun. 2021.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS (IPP). **Favelas X Não Favelas**. Cadernos do Rio. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp> Último acesso em: 31 mai. 2021.

_____. Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN). Rio de Janeiro. 2016. Disponível

em:<http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=4df92f92f1ef4d21aa77892acb358540> Último acesso em: 10 jul. 2021.

JUCÁ, Beatriz. **Ritmo lento na vacinação contra a covid-19 no Brasil favorece novas cepas do vírus.** El país: São Paulo. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-03/ritmo-lento-na-vacinacao-contra-a-covid-19-no-brasil-favorece-novas-cepas-do-virus.html> Último acesso em: 19 jun. 2021.

LIMA, Márcia; MILANEZI, Jaciane. **Desigualdades Raciais e Covid-19: o que a pandemia encontra no Brasil?** Informativo Desigualdades Raciais e Covid-19, AFROCEBRAP, nº 1, 2020.

LUISA, Ingrid. **Brasil, um possível celeiro de novas variantes do coronavírus.** Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/brasil-um-possivel-celeiro-de-novas-variantes-do-coronavirus/> Último acesso em: 06 jun. 2021.

MARINHO, Fátima et al. Disparidades raciais no excesso de mortalidade em tempos de Covid-19 em São Paulo. Informativos Desigualdades Raciais e Covid19, AFRO-CEBRAP, nº 8, 2021.

MAZON, Elana. **Falta de internet ou acesso precário afetam mais pobres e potencializam desigualdades.** Agência RBS: Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2021/06/falta-de-internet-ou-acesso-precario-afetam-mais-pobres-e-potencializam-desigualdades-ckqcuwywn00ap0180sp3ytrjd.html> Último acesso: 29 jun. 2021.

MELO, Maria Luisa de. **Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon.** Portal UOL: Rio de Janeiro, 2020.

MENDONÇA, Heloísa. **Em um ano mais de 9 milhões de brasileiros perderam seus empregos.** El país: São Paulo. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2021-03-31/em-um-ano-mais-de-8->

[milhoes-de-brasileiros-perderam-seus-empregos.html](https://g1.globo.com/brasil/noticia/2020/06/19/milhoes-de-brasileiros-perderam-seus-empregos.html) Último acesso: 19 jun. 2021.

MINISTÉRIO DE SAÚDE. Painel Coronavírus, 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Último acesso em: 30 mai. 2021.

_____. **Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19**. Secretaria de Vigilância em Saúde: Brasília/DF, 2021.

NASCIMENTO, Tiago. **Projeto no Prazeres leva conteúdo para quem não tem acesso a internet**. Agência Nacional das Favelas: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.anf.org.br/projeto-no-prazeres-leva-conteudo-para-quem-nao-tem-acesso-a-internet/> Último acesso em: 29 jun. 2021.

NASSIF-PIRES, Luiza; CARDOSO, Luísa; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos. **Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza**. Nota de Política Econômica nº 010, MADE/USP, 2021.

NITAHARA, Akemi. **Cai taxa de isolamento social na cidade do Rio de Janeiro**. Agência Brasil, Rio de Janeiro. 05.05.2020b. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/cai-taxa-de-isolamento-socialna-cidade-do-rio-de-janeiro> Último acesso em: 31 mai. 2021.

_____. **Coronavírus: Rio de Janeiro decreta estado de emergência**. Agência Brasil, Rio de Janeiro. 17.03.2020a. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/coronavirus-rio-de-janeirodecreta-situacao-de-emergencia> Último acesso em: 31 mai. 2021.

NOGUEIRA, Mariana Lima et al. **1º Boletim da Pesquisa Monitoramento da saúde, acesso à EPIs de técnicos de enfermagem, agentes de combate às endemias, enfermeiros, médicos e**

psicólogos, no município do Rio de Janeiro em tempos de Covid-19.

Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ. Fevereiro, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Numbers at a glance, 2021.

Disponível em: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019?gclid=CjwKCAiAxp-%20ABhALEiwAXm6lyc52lj-CqIQSzZXklCXdHbVqXIH6IENJ--cfOFQcdfI3GZ3etkf2TRoC-%209AQAvD_BwE. Último acesso em: 30 mai. 2021.

Painel Unificador Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://experience.arcgis.com/experience/8b055bf091b742bca021221e8ca73cd7/> Último acesso em: 18 jun. 2021.

PARALELO, 2021. Disponível em: https://gabineteparalelosp.com.br/202102_Economia.pdf Último acesso em: 30 jun. 2021.

PASSARELLI, Hugo. **Renda média do brasileiro caiu 11% no primeiro trimestre de 2021, aponta estudo.** Revista Valor: São Paulo, 2021. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/06/14/renda-media-do-brasileiro-caiu-11percent-no-primeiro-trimestre-de-2021-aponta-estudo.ghtml> Último acesso: 16 jun. 2021.

PAULA, Nilson M. de; ZIMMERMANN, SILVIA A. **A insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil.** Santa Catarina: Revista NECAT, Ano 10, nº 19, Jan-Jun, 2021.

PIZZINGA, Vivian Heringer. **Vulnerabilidade e atividades essenciais no contexto do COVID-19.** Dossiê Covid-19 e Saúde do Trabalhador. Rev. Bras. Saúde ocup. 46, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/8GBS7nSVTGR3NyGcnMSsC6v/?lang=pt> Último acesso: 07 jun. 2021.

PRATES, Ian. **Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade**. Rede de Pesquisa Solidária – Boletim N°. 14, 3 de julho de 2020 (2020a).

PRATES, Ian; BARBOSA, Rogério. **"The Impact of COVID-19 in Brazil: Labour Market and Social Protection Responses"**. *Ind. J. Labour Econ.* 63, 31–35, 2020.

PRATES, Ian et al. **Desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho em meio à pandemia**. *Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19*, AFRO-CEBRAP, n. 7, 2021.

PRATES, Ian; LIMA, Márcia; JARDIM, Caio. **Trabalho na pandemia: velhas clivagens de raça e gênero**. Nexo Jornal Ltda, 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Trabalho-na-pandemia-velhas-clivagens-de-ra%C3%A7a-e-g%C3%AAnero> Último acesso em: 20 jun. 2021.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Painel Rio Covid-19. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Saúde, 2020. Disponível em: <https://experience.arcgis.com/experience/38efc69787a346959c931568bd9e2cc4> Último acesso em: 30 mai. 2021.

QUEIROZ, Christina. **O crescimento da fé evangélica**. Nexo Jornal: São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2019/12/09/O-crescimento-da-f%C3%A9-evang%C3%A9lica> Último acesso em: 10 jul. 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf Último acesso em: 18 jun. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. **Covid-19 – Casos e óbitos no Estado do Rio de Janeiro divulgados diariamente.** Disponível em: encurtador.com.br/eitBQ Último acesso em: 30 mai. 2021.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria et al. **A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009.** Segurança Alimentar e Nutricional 16 (2): pp. 1-19, 2009.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF) e Gênero e Número. Sem parar. O trabalho e a vida de mulheres na pandemia, 2021. Disponível em: http://mulheresnapan pandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf Último acesso: 30 jun. 2021.

SOARES, Marcelo. **Morte entre caixas, frentistas e motoristas de ônibus aumentaram 60% no Brasil no auge da pandemia.** El país: Rio de Janeiro. Disponível em: <https://lagomdata.com.br/2021/04/14/el-pais-as-ocupacoes-mais-atingidas/> Último acesso em: 10 jul. 2021.

THE LANCET. COVID-19 in Brazil: “So what?”. Lancet 2020; 395: 1461. Disponível em: [https://www.thelancet.com/cms/10.1016/S0140-6736\(20\)31095-3/attachment/e357a53f-9571-4798-ae63-2cd47efc2fdb/mmc1.pdf](https://www.thelancet.com/cms/10.1016/S0140-6736(20)31095-3/attachment/e357a53f-9571-4798-ae63-2cd47efc2fdb/mmc1.pdf) Último acesso em: 31 mai. 2021.

THUSWOHL, Maurício. **Favelas do Rio registram mais mortes por Covid-19 que muitos países.** Carta Capital: Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/favelas-do-rio-registram-mais-mortes-por-covid-19-que-muitos-paises/>. Último acesso em: 10 jul. 2021.

UNICEF E CENPEC. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação,** 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf> Último acesso em: 10 jul. 2021.

VEJA SAÚDE. **Campanha nacional de vacinação para Covid-19 é inaugurada com indefinições.** Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/campanha-nacional-de-vacinacao-para-covid-19-e-inaugurada-com-indefinicoes/> Último acesso em: 06 jun. 2021.

VENTURINI et al. **As desigualdades educacionais e a Covid-19.** Desigualdades Raciais e Covid-19, São Paulo, Afro-Cebrap, Informativo n. 3, nov. 2020. Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Informativo-3-As-desigualdadeseducacionais-e-a-covid-19-.pdf> Acesso em: 04 jun. 2021.

WILKINSON, A. **Resposta local em emergências de saúde: Principais considerações para abordar a pandemia Covid-19 em assentamentos urbanos informais.** Environ. Urbano. 2020, 0956247820922843

ZYLBERKAN, Mariana. **Evangélicos devem ultrapassar católicos no Brasil a partir de 2032.** Revista Veja: São Paulo, 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/evangelicos-devem-ultrapassar-catolicos-no-brasil-a-partir-de-2032/> Último acesso em: 10 jul. 2021.

ZYLBERSTAJN, Hélio. (entrevista) **Brasil atinge recorde de 14,8 milhões de desempregados.** Jornal USP, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=421978> Último acesso em: 05 jun. 2021.